

A photograph of two men in business attire shaking hands in front of a large window overlooking a city. The man on the left is wearing a light-colored suit and glasses, while the man on the right is wearing a dark suit. The background shows a blurred cityscape with many windows.

OFERTA PÚBLICA

Série Única da 42ª (quadragésima segunda) Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Canal Securitizadora com lastro em créditos devidos pela Binatural Bahia Ltda.

LEIA OS DOCUMENTOS DO CRA ANTES DE ACEITAR A OFERTA RESTRITA, ESPECIALMENTE A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO

C O N F I D E N C I A L

StoneX®

 BINATURAL

Disclaimer

Este material foi preparado pela StoneX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Coordenador Líder”), com base em informações fornecidas pela Emissora e pela Devedora (conforme abaixo definidos), como material informativo relacionado à emissão e oferta de certificados de recebíveis do agronegócio da 42ª (quadragésima segunda) emissão, em série única, da Canal Companhia de Securitização (“CRA” e “Emissora”, respectivamente), lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Binatural Bahia Ltda. (“Devedora”), que serão objetos de oferta pública nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160” e “Oferta” respectivamente), e não implica, por parte do Coordenador Líder, em nenhuma declaração ou garantia com relação às informações contidas neste material ou julgamento sobre a quantidade da Oferta, da Emissora, da Devedora ou dos títulos objeto deste material e não deve ser interpretado como uma solicitação ou oferta para compra ou venda de quaisquer valores mobiliários e não deve ser tratado como uma recomendação de investimento nos CRA.

Este material apresenta informações resumidas, não sendo um documento completo, e tem caráter meramente informativo, de modo que potenciais investidores antes de decidir pelo investimento nos CRA, devem ler o “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 42ª (quadragésima segunda) Emissão da Canal Companhia de Securitização Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Binatural Bahia Ltda.” (“Termo de Securitização”), em especial o capítulo de fatores de risco, e os demais Documentários da Operação (conforme definidos no Termo de Securitização) para uma descrição mais detalhada da Oferta e dos riscos envolvidos. Qualquer decisão de investimento por tais investidores deverá basear-se única e exclusivamente nas informações contidas no Termo de Securitização, que conterá informações detalhadas a respeito da Oferta e dos CRA. O Termo de Securitização poderá ser obtido junto à Emissora, ao Coordenador Líder, à B3 e à CVM.

A Emissora, a Devedora e o Coordenador Líder não atualizarão quaisquer das informações contidas nesta apresentação, sendo certo que as informações aqui contidas refletem as atuais condições da Devedora e ponto de vista desta data, estando sujeitas a alterações, sem aviso prévio aos destinatários. Ainda, o Coordenador Líder não presta qualquer declaração ou garantia com relação às informações contidas nesta apresentação ou julgamento sobre a qualidade da Emissora, da Devedora e dos CRA, e não terá qualquer responsabilidade relativas a quaisquer perdas ou danos que possam advir como resultado de decisão de investimento, tomada com base nas informações contidas neste material.

O Coordenador Líder tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora e pela Devedora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações a serem fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição que integram o Termo de Securitização e este material são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

A OFERTA SERÁ OBJETO DE REGISTRO JUNTO A CVM POR MEIO DO RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, E, PORTANTO, NÃO ESTARÁ SUJEITA À ANÁLISE PRÉVIA DA CVM, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 26 DA RESOLUÇÃO CVM 160.

A decisão de investimento nos CRA é de sua exclusiva responsabilidade e demanda complexa e minuciosa avaliação de sua estrutura, bem como dos riscos inerentes ao investimento. Recomenda-se que os potenciais investidores avaliem, juntamente com sua consultoria financeira e jurídica, até a extensão que julgarem necessário, os riscos de inadimplemento, liquidez e outros associados a esse tipo de ativo. Ainda, é recomendada a leitura cuidadosa, pelo investidor, do Termo de Securitização, em especial a seção “Fatores de Risco”, e dos demais Documentos da Operação, para formar seu julgamento acerca do investimento nos CRA.

LEIA O TERMO DE SECURITIZAÇÃO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”.

Disclaimer

As informações contidas neste material não são garantia de futura performance. Os investidores devem estar cientes de que tais informações estão ou estarão, conforme o caso, sujeitas a diversos riscos, incertezas e fatores relacionados às operações da Devedora que podem fazer com que os seus resultados futuros sejam substancialmente diferentes dos resultados passados. Eventuais estimativas contidas neste material decorrem de avaliações oriundas essencialmente de fontes prestadas pela Devedora ou de fontes públicas. Os resultados futuros poderão ser diferentes dos aqui mencionados e essas diferenças podem ser significativas, como resultado de diversos fatores, incluindo, mas sem se limitar a mudanças nas condições de mercado.

A Oferta dos CRA é destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme em vigor ("[Resolução CVM 30](#)"). Oferta, incluindo, sem limitação, todos os Documentos da Operação e o presente material informativo, não se sujeitam à prévia análise da CVM. Ainda, a Oferta está também dispensada do atendimento de determinados requisitos e procedimentos normalmente observados em ofertas públicas de valores mobiliários emitidas através do rito ordinário de colocação perante a CVM, com os quais os investidores usuais do mercado de capitais possam estar familiarizados. Nesse sentido, a

Os CRA serão depositados para distribuição pública no mercado primário exclusivamente por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("[MDA](#)") e depositadas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Balcão B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 (definida a seguir), administrados e operacionalizados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("[B3](#)"), sendo a distribuição e as negociações dos CRA liquidadas financeiramente por meio da B3 e os CRA custodiados eletronicamente exclusivamente na B3. Os CRA somente poderão ser negociados no mercado secundário em mercado de balcão organizado entre investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM 30. A Oferta não é adequada aos investidores profissionais que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na Oferta e/ou nos CRA ou que não tenham acesso à consultoria especializada, em especial regulatórias, meios de pagamentos, tributárias, negociais, de investimentos e financeiras; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos CRA, uma vez que a negociação de CRA no mercado secundário é restrita.

A divulgação dos termos e condições da Oferta está sujeita aos limites e restrições estabelecidos na Resolução CVM 160.

Os investidores profissionais devem estar ciente das restrições previstas na Resolução CVM 160 quanto à divulgação da Oferta. Nesse sentido, devem os investidores profissionais comprometerem-se, portanto, a não divulgar e/ou fornecer a terceiros, reproduzir ou, ainda, de qualquer modo, dispor de quaisquer informações relacionadas à Oferta às quais tenha acesso, não se limitando àquelas contidas neste material.

A Oferta, em hipótese alguma, compreenderá a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou por meio da utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores.

LEIA O TERMO DE SECURITIZAÇÃO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”.

Disclaimer

Até o ato de subscrição dos CRA, os investidores profissionais assinarão declaração atestando, dentre outros temas, que (i) se qualificam como investidores profissionais; (ii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Devedora e da Emissora; (iii) possuem conhecimento suficiente sobre os mercados financeiro e de capitais para que não lhes sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos demais investidores; e (iv) possuem capacidade para entender e ponderar os riscos financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em valores mobiliários que só podem ser adquiridos por investidores profissionais.

Os investidores profissionais deverão tomar a decisão de prosseguir com a subscrição e integralização dos CRA considerando sua situação financeira, seus objetivos de investimento, nível de sofisticação e perfil de risco. Para tanto, deverão, por conta própria, ter acesso a todas as informações que julguem necessárias à tomada da decisão de investimento nos CRA.

ESTE MATERIAL INFORMATIVO É CONFIDENCIAL E DE USO EXCLUSIVO DE SEU DESTINATÁRIO E NÃO DEVE SER REPRODUZIDO OU DIVULGADO A QUAISQUER TERCEIROS. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE MATERIAL INFORMATIVO CONSTITUEM UM RESUMO DOS PRINCIPAIS TERMOS E CONDIÇÕES DOS CRA, OS QUAIS ESTÃO DETALHADAMENTE DESCRITOS NOS DOCUMENTOS DA OPERAÇÃO. ESTE MATERIAL INFORMATIVO NÃO SUBSTITUI A LEITURA CUIDADOSA DOS DOCUMENTOS DA OPERAÇÃO. OS INVESTIDORES PROFISSIONAIS DEVEM LER ATENTAMENTE OS DOCUMENTOS DA OPERAÇÃO ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIMENTO, EM ESPECIAL OS FATORES DE RISCO DESCRITOS NO TERMO DE SECURITIZAÇÃO. ADICIONALMENTE, ESTE MATERIAL INFORMATIVO NÃO SE DESTINA À UTILIZAÇÃO EM VEÍCULOS PÚBLICOS DE COMUNICAÇÃO, TAIS COMO JORNAIS, REVISTAS, RÁDIO, TELEVISÃO, PÁGINAS ABERTAS NA INTERNET OU EM ESTABELECIMENTOS ABERTOS AO PÚBLICO.

O PRESENTE DOCUMENTO NÃO CONSTITUI OFERTA E/OU SOLICITAÇÃO PARA SUBSCRIÇÃO OU COMPRA DE QUAISQUER VALORES MOBILIÁRIOS. AS INFORMAÇÕES NELE CONTIDAS NÃO DEVEM SER UTILIZADAS COMO BASE PARA A DECISÃO DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS. RECOMENDA-SE QUE OS INVESTIDORES CONSULTEM, PARA CONSIDERAR A TOMADA DE DECISÃO RELATIVA À AQUISIÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS RELATIVOS À OFERTA, SEUS OBJETIVOS DE INVESTIMENTO E SEUS PRÓPRIOS CONSULTORES E ASSESSORES ANTES DA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO. OS TERMOS EM LETRAS MAIÚSCULAS QUE NÃO SE ENCONTREM ESPECIFICAMENTE DEFINIDOS NESTE MATERIAL SERÃO AQUELES ADOTADOS NO TERMO DE SECURITIZAÇÃO.

O INVESTIMENTO NOS CRA SE TRATA DE UM INVESTIMENTO DE RISCO.

OS INVESTIDORES PROFISSIONAIS DEVEM LER ATENTAMENTE OS DOCUMENTOS DA OPERAÇÃO, EM ESPECIAL O TERMO DE SECURITIZAÇÃO E OS FATORES DE RISCO LÁ DESCRITOS, ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIMENTO NOS CRA.

LEIA O TERMO DE SECURITIZAÇÃO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”.



ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL A SERVIÇO DO PLANETA

A diferença no mercado de energia renovável

- **Visão Geral**

- Estrutura Operacional da Binatural
- Fundamentos do Setor
- Highlights Financeiros
- Term Sheet e Estrutura do CRA
- Anexos



LEIA OS DOCUMENTOS DO CRA ANTES DE ACEITAR A OFERTA RESTRITA, ESPECIALMENTE A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO.

StoneX  BINATURAL



CONFIDENCIAL



VISÃO GERAL

Fundada em 2006 estrategicamente em Formosa, pioneira no estado de Goiás no setor de biodiesel e na principal região produtora de grãos do país, a Binatural cria produtos renováveis, limpos e inovadores no setor.

A Binatural também inaugurou uma unidade estratégica na Bahia, na cidade de Simões Filho, próxima à capital Salvador em 2022.



637% de crescimento desde 2019

Estratégias e tecnologia aplicada ao negócio resultaram em um crescimento exponencial



600 MM de litros/anual é a nossa capacidade produtiva de biodiesel



Única empresa do setor de biodiesel eleita entre as 500 empresas que mais crescem nas Américas por dois anos consecutivos, avançando quase 200 posições no ranking.



Certificados de Sustentabilidade



A BINATURAL EM NÚMEROS



Produzimos **1 bilhão. 623 milhões. 335 mil litros de biodiesel** nos últimos 15 anos.



As toneladas de CO₂ não emitidas, equivalem a **22.537.859 milhões de árvores** plantadas.



A nossa produção de biodiesel, evitou a emissão de **3.076.113 milhões de Toneladas** de Co2 na atmosfera.



A quantidade de metros quadrados equivale a **138.183 mil** campos de futebol.





DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES COM MAIS DE 300 COLABORADORES DIRETOS



Binatural Bahia

Localizada na cidade de Simões Filho, foi inaugurada no final de 2021, e atualmente a unidade tem capacidade de produção de 360 MM litros de biodiesel/ano.



Binatural Goiás

Primeira unidade fabril, tem capacidade de produção atual de 234 MM litros de biodiesel/ano está localizada na cidade de Formosa.



Binatural São Paulo

Unidade que centraliza parte da liderança corporativa da empresa, agilizando as tomadas de decisões estratégicas da empresa.



Binatural Santa Catarina

Unidade com liderança do vice presidente, conta com apoio direto na tomada de decisões da empresa, além de centralizar a área de auditoria interna.



Binatural Filiais AGF (Agricultura Familiar)

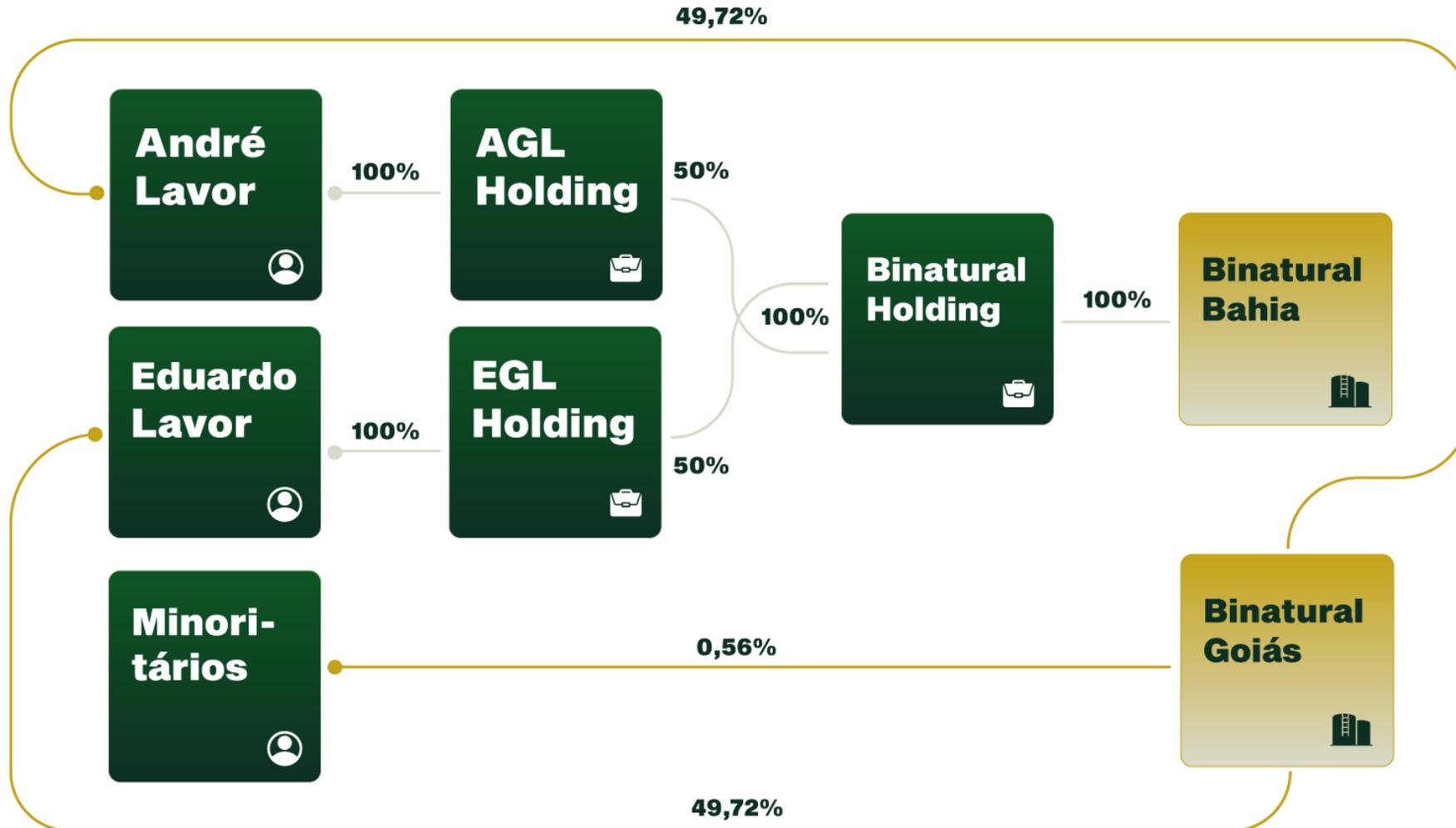
Parte do insumos usados na produção de biodiesel são provenientes da Agricultura Familiar ou de pequenos produtores rurais. Para atender de forma diferenciada este público, estabelecemos unidades estratégicas em PR e RS.

LEIA OS DOCUMENTOS DO CRA ANTES DE ACEITAR A OFERTA RESTRITA, ESPECIALMENTE A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO

StoneX 


CONFIDENCIAL

ESTRUTURA SOCIETÁRIA ATUAL



GESTÃO BINATURAL



ANDRÉ LAVOR

(CEO)

Co-fundador da Binatural, teve a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos em instituições como Columbia University, Stanford University e FGV. Possui um histórico comprovado de mais de 20 anos liderando empresas de agronegócio e energia no país, sendo considerado um dos mais jovens empresários e empreendedores nesta área de atuação. Liderou projetos ousados, apoiando a indústria brasileira de biodiesel em seus estágios iniciais, desenvolvendo ações de preservação do meio ambiente e fortalecimento da Agricultura Familiar em nosso país, apoiando a transformação da matriz energética brasileira.



EDUARDO LAVOR

(VP)

Co-fundador da empresa, começou sua carreira em uma corretora de valores onde trabalhou como trader, especializado em Etanol, o que lhe deu a oportunidade de aprofundar nas variáveis estratégicas do negócio. Decidiu investir no mercado de energias renováveis ao lado do irmão, André Lavor, pois sempre acreditou que os biocombustíveis tem um papel fundamental na transformação da matriz energética do nosso país.



DANILO KODI

(CFO)

Chegou na Binatural em 2020 liderando os departamentos de FP&A, Contabilidade, Tax, Tesouraria, T.I. e Auditoria Interna.

Graduado em Economia Empresarial e Controladoria pela FEARP-USP, suas passagens anteriores somam 15 anos de experiência em turnarounds no setor de Etanol (Biosev) e Varejo/E-Commerce (Hermes/Compra Fácil). Também possui ampla experiência no mercado de fast moving consumer goods (Ambev, Frooty) sendo a última no Private Equity do Pátria Investimentos.



LUIS CARLOS DA COSTA FILHO

(COO)

Desde 2006, atua no mercado de biodiesel e tornou-se um dos maiores especialistas na área de biocombustíveis no Brasil. Desenvolve uma longa e sólida carreira na Binatural, onde começou a atuar em 2008. Bacharel em Engenharia Química pela Universidade Federal de Sergipe, MBA Executivo em Gestão Empresarial pelo IPOG - Brasília.

Com seu conhecimento sobre biodiesel focado em suas funcionalidades e com o olhar voltado para a inovação no setor, tornou-se palestrante em diversos eventos ao redor do mundo.



LUCIANO BACCHELLI

(CLO)

Advogado há 27 anos, especialista em Direito do Trabalho e Mestre em Direito Tributário. Professor Universitário e palestrante por 12 anos nas cadeiras do Direito Empresarial, Tributário e Processo Civil, também é membro da ABDT e IBRADENP.

Possui sólida experiência liderando departamentos jurídicos e já atuou em grandes empresas como: Ligiúgás, Philips, Chrysler, Mercedes-Benz.



REGULAÇÃO DO MERCADO DE BIODIESEL

Lei Biodiesel 11.097/2005

- ❖ Autorizou a utilização de 2% de biodiesel na mistura com o diesel no Brasil (B2)
- ❖ As leis de obrigatoriedade na mistura começam em 2008 e continuam avançando

Lei 13.263/16

- ❖ Determina que a mistura obrigatória é de no mínimo 10% e que ela deve avançar em 1 ponto percentual a cada ano até o ano de 2023.
- ❖ Biodiesel é biosustentável, reduz emissão de hidrocarbonetos e monóxido de carbono, e melhora a lubricidade do combustível.
- ❖ O símbolo B associado à um número representa a quantidade de biocombustível que deve estar na mistura



EVOLUÇÃO DA MISTURA DE BIODIESEL



EXPECTATIVA DA REGULAÇÃO NO MERCADO DE BIODIESEL

Lei 13.263/16

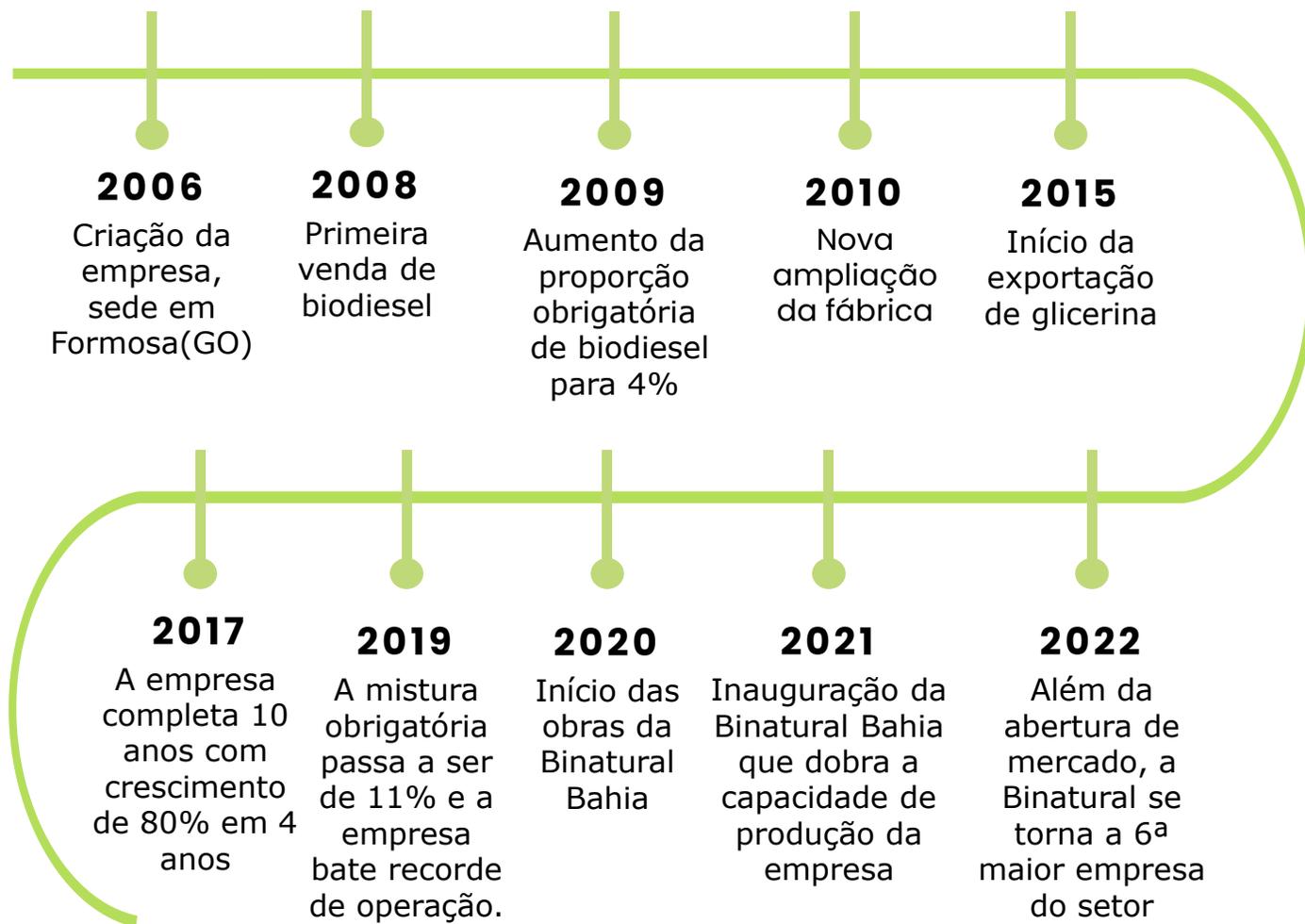
- ❖ A determinação do marco regulatório que estava prevista definiu como meta o avanço de 1 ponto percentual a cada ano, entretanto a regra se manteve apenas até 2021.
- ❖ Em 2022 o governo federal reduziu a mistura obrigatória para 10% desrespeitando o marco regulatório que havia sido firmado.

EXPECTATIVA
X REALIZADO



A diminuição da mistura do biodiesel em 2022 se deve ao fato da pandemia ter causado uma pressão inflacionária na economia. O governo federal utilizou de diversos recursos para minimizar este efeito sendo que a redução da mistura foi um destes fatores. É possível citar também à isenção do PIS/COFINS sobre os combustíveis e a limitação da alíquota de ICMS.

Linha do Tempo



Premiações Binatural



Pelo 2º ano consecutivo, ficamos entre as 10 melhores empresas de bioenergia do país, segundo a Globo Rural



Eleitos uma das 10 maiores empresas do setor de bioenergia do país



Reconhecida pelo anuário "Exame Best and Biggest" nos últimos anos



1000 Maiores Empresas de acordo com a "Valor Econômico 2020"



1000 Maiores Empresas do Brasil de acordo com a "Valor Econômico 2021"



1º lugar no ranking entre o giro ativo "Valor Econômico 2021"



Melhor empresa do setor nos estados do Norte e Centro-Oeste de acordo com a "Valor Econômico 2020"



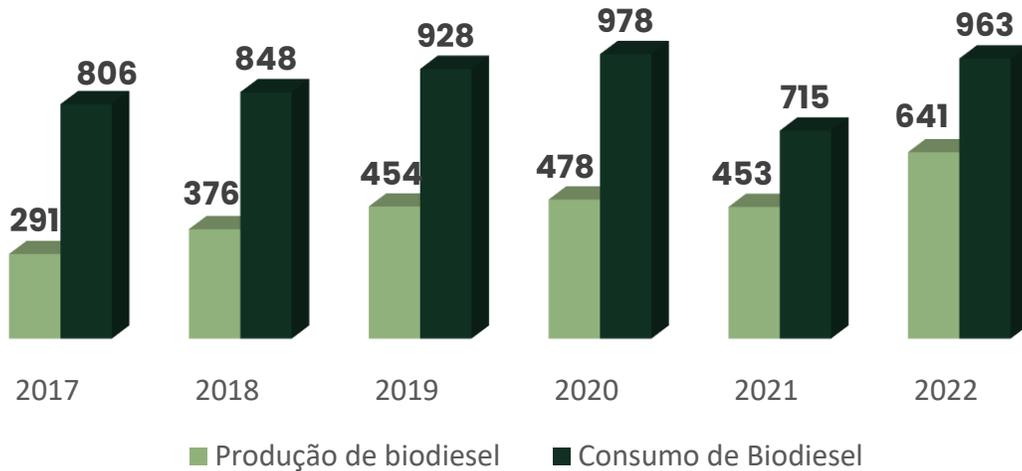
INAUGURAÇÃO BINATURAL BAHIA



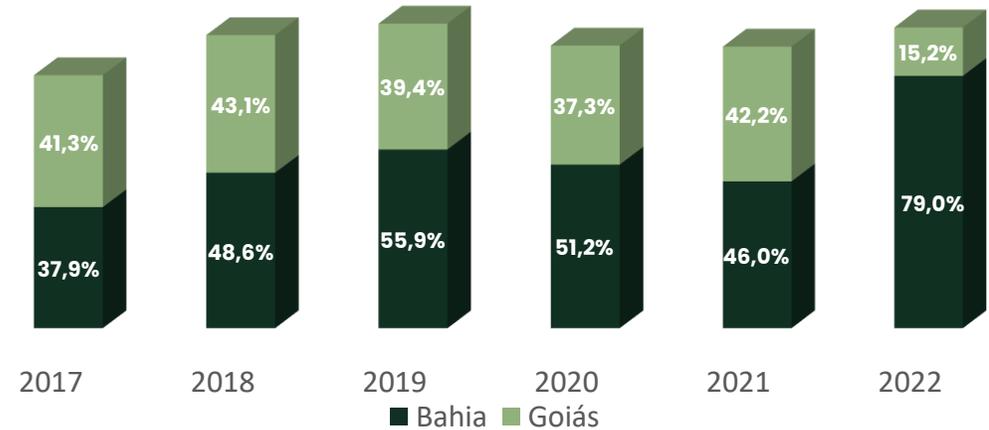
LEIA OS DOCUMENTOS DO CRA ANTES DE ACEITAR A OFERTA RESTRITA, ESPECIALMENTE A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO

MERCADO E LOGÍSTICA NO NORDESTE E NA BAHIA

Oferta e demanda de Biodiesel no nordeste (em 1000 m³)



Estados que atendem a demanda de Biodiesel da Bahia



A região nordeste tem excesso de demanda em relação à oferta, o que torna o produto mais atrativo por conta do frete e do lead time da entrega para atendimento da região.



Simões Filho é um dos principais polos industriais da Bahia, fica a 20 km da capital Salvador e a 20 km do porto de Arandú que serve como escoamento para a região.





ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL A SERVIÇO DO PLANETA

A diferença no mercado de energia renovável

- Visão Geral
- **Estrutura Operacional da Binatural**
- Fundamentos do Setor
- Highlights Financeiros
- Term Sheet e Estrutura do CRA
- Anexos



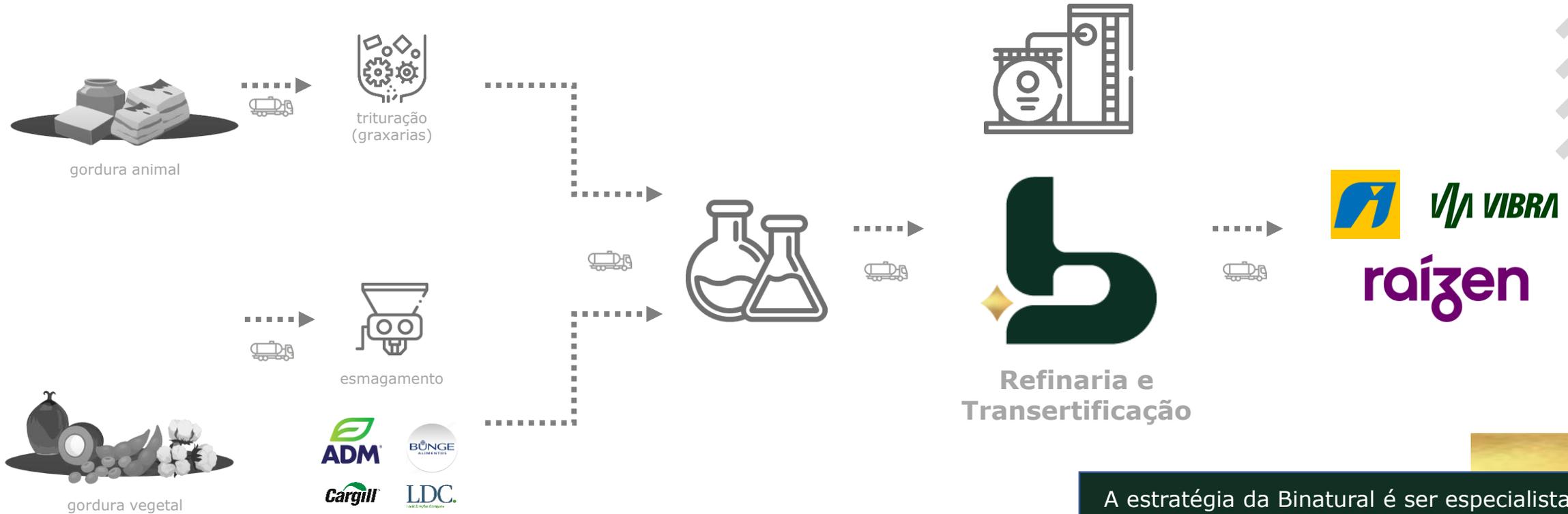
LEIA OS DOCUMENTOS DO CRA ANTES DE ACEITAR A OFERTA RESTRITA, ESPECIALMENTE A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO.

StoneX  BINATURAL


CONFIDENCIAL

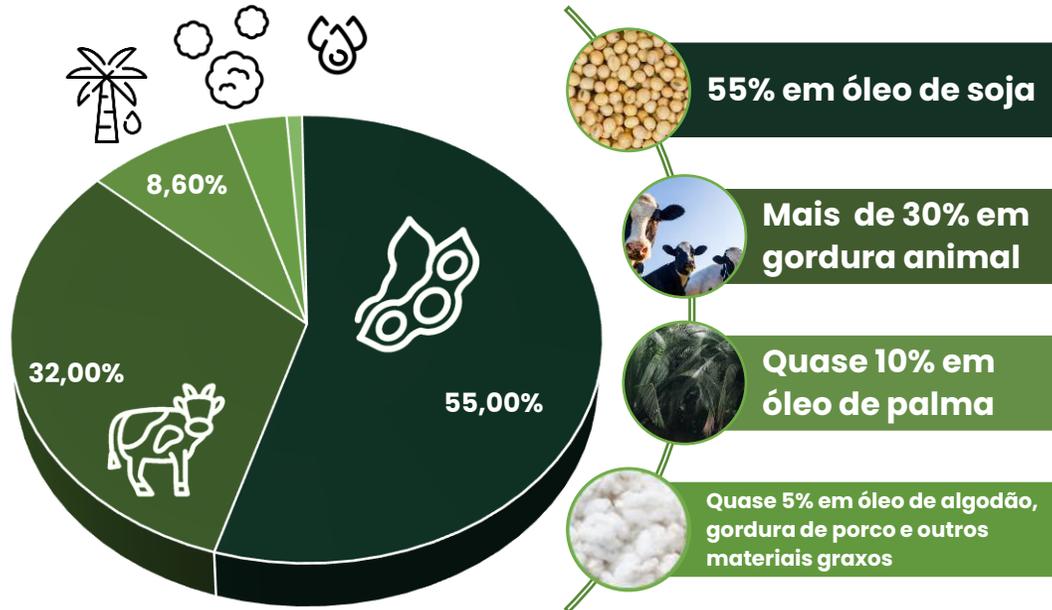
LOGÍSTICA E FORNECIMENTO

DISTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA DE BIODIESEL



A estratégia da Binatural é ser especialista na produção de biodiesel e tem como uma de suas principais características a utilização de matérias-primas diversificadas.

MATÉRIAS-PRIMAS UTILIZADAS de 2018 a 2022



PROCESSO OPERACIONAL DA BINATURAL

A Binatural tem uma **estrutura que potencializa a diversificação do uso das matérias-primas**, para isso tem uma estrutura que atende as distintas especificações técnicas de cada óleo e gordura.



+ 20 mil
teste/mês

Binatural possui um **design industrial capaz de processar os mais variados tipos de matérias-primas** com um seletivo teste de qualidade



+ 300
colaboradores

Equipe operacional de alto grau de conhecimento na produção de biodiesel, que conhece as principais variáveis a serem trabalhadas para deixar essa diversidade de matérias-primas prontas para serem processadas

Biodiesel produzido pela Binatural tem **qualidade superior a legislação brasileira**



REFINARIA



TRANSESTERIFICAÇÃO





ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL A SERVIÇO DO PLANETA

A diferença no mercado de energia renovável

- Visão Geral
- Estrutura Operacional da Binatural
- **Fundamentos do Setor**
- Highlights Financeiros
- Term Sheet e Estrutura do CRA
- Anexos



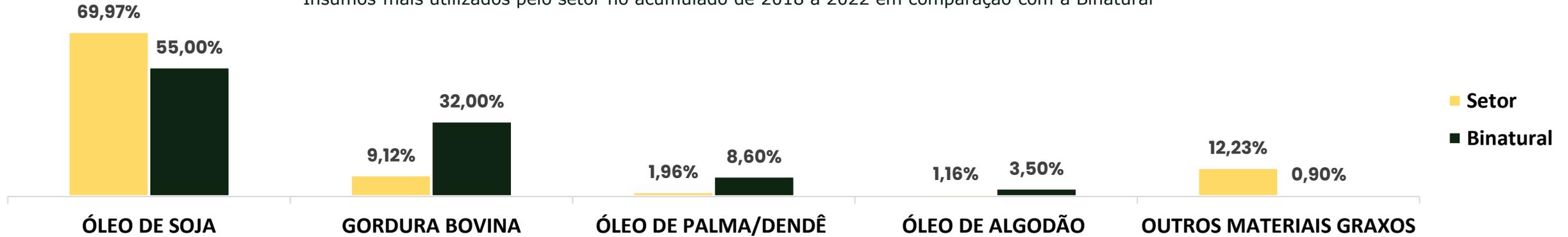
LEIA OS DOCUMENTOS DO CRA ANTES DE ACEITAR A OFERTA RESTRITA, ESPECIALMENTE A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO.

StoneX  BINATURAL

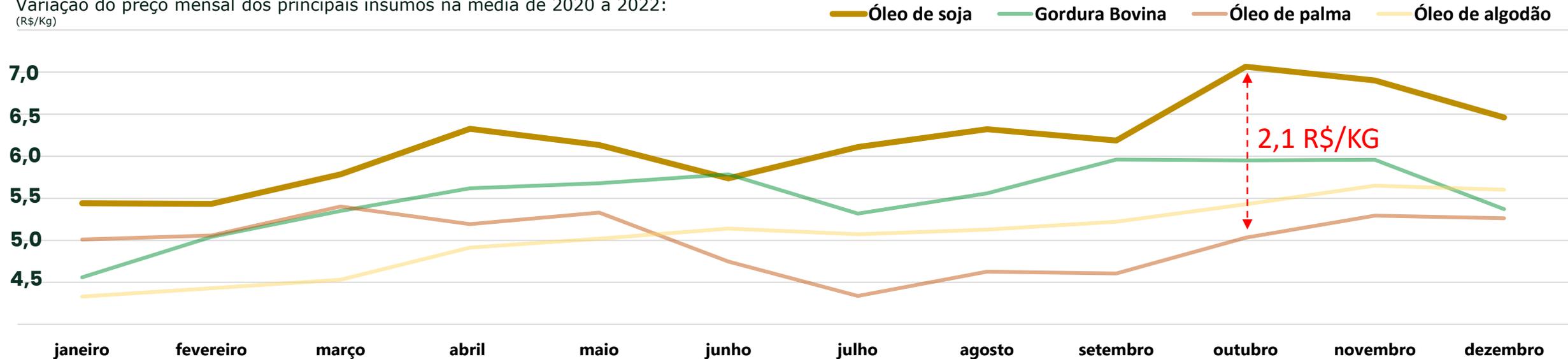

CONFIDENCIAL

SETOR | PRINCIPAIS CONSUMOS

Insumos mais utilizados pelo setor no acumulado de 2018 a 2022 em comparação com a Binatural



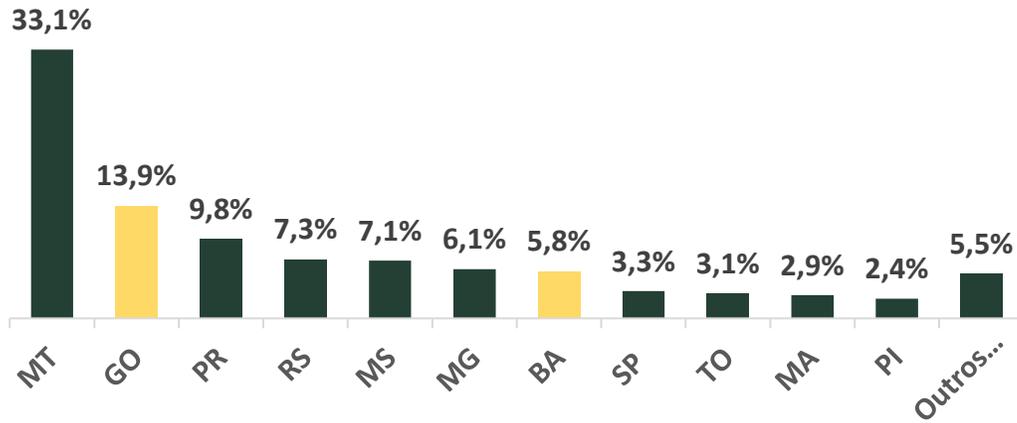
Varição do preço mensal dos principais insumos na média de 2020 a 2022:
(R\$/Kg)



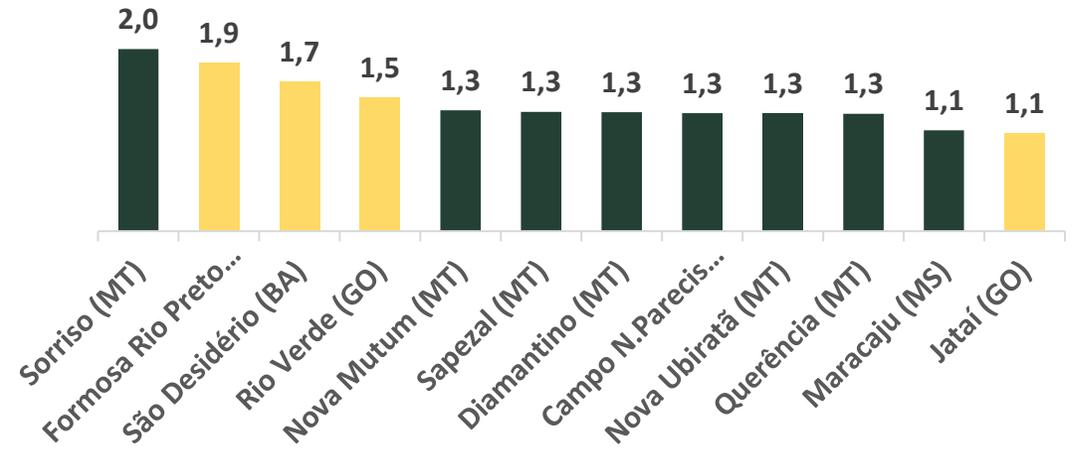
LEIA OS DOCUMENTOS DO CRA ANTES DE ACEITAR A OFERTA RESTRITA, ESPECIALMENTE A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO.

SETOR | COMPARAÇÃO DE INSUMOS DE SOJA

Porcentagem produzida por estado em relação ao Brasil

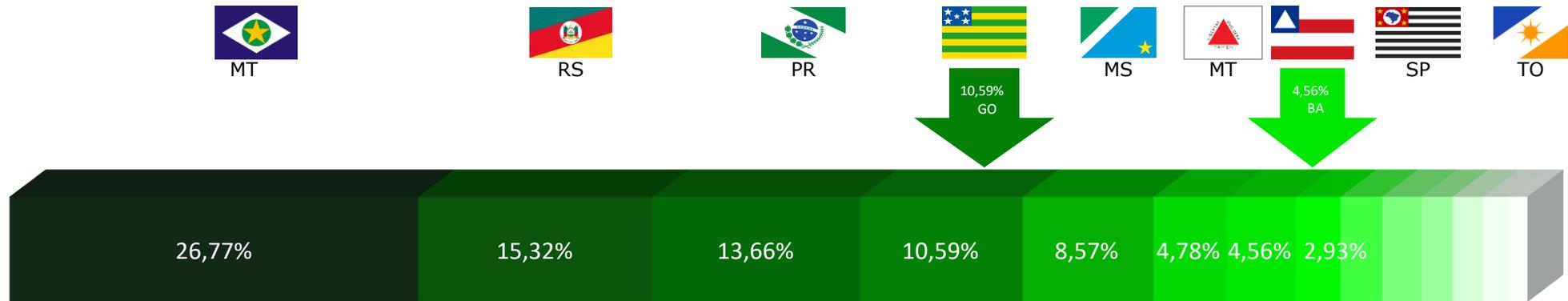


Toneladas produzidas por cidade
 (milhões de toneladas)



SETOR | COMPARAÇÃO DE INSUMOS DE SOJA

Porcentagem da área total de soja utilizado no país por estado



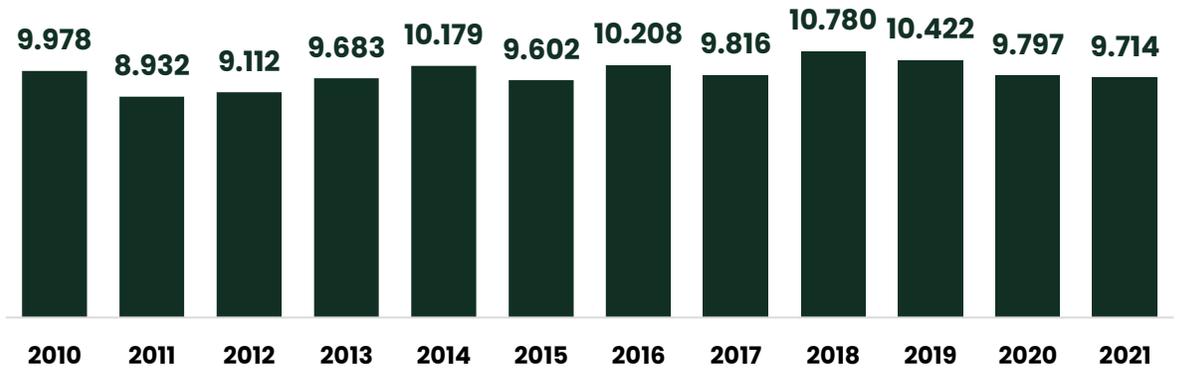
Fonte: CONAB



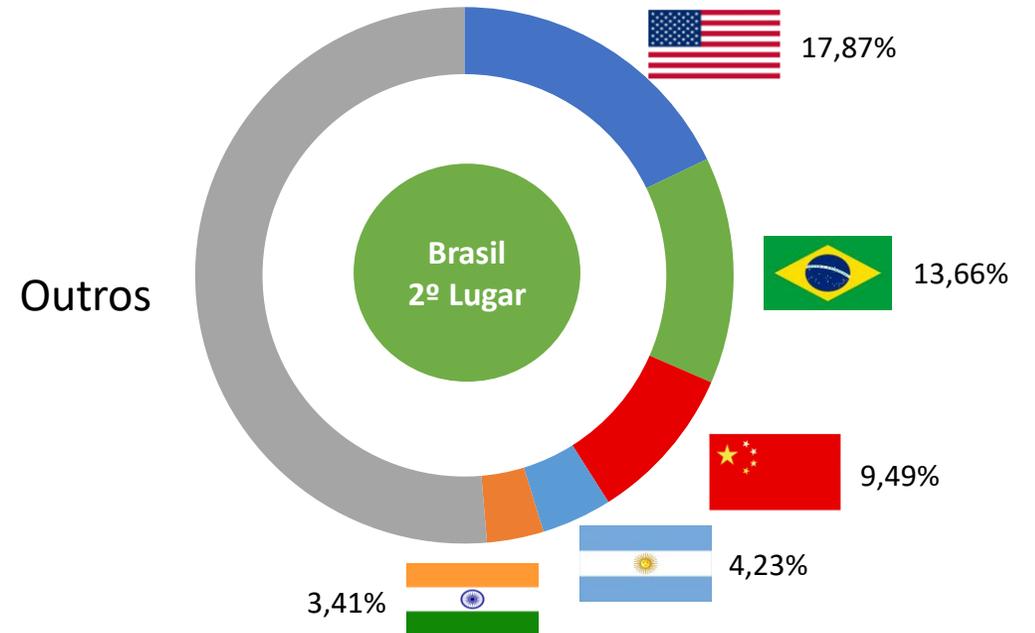
SETOR | BOVINO



Produção de Carne Bovina (em mil toneladas)

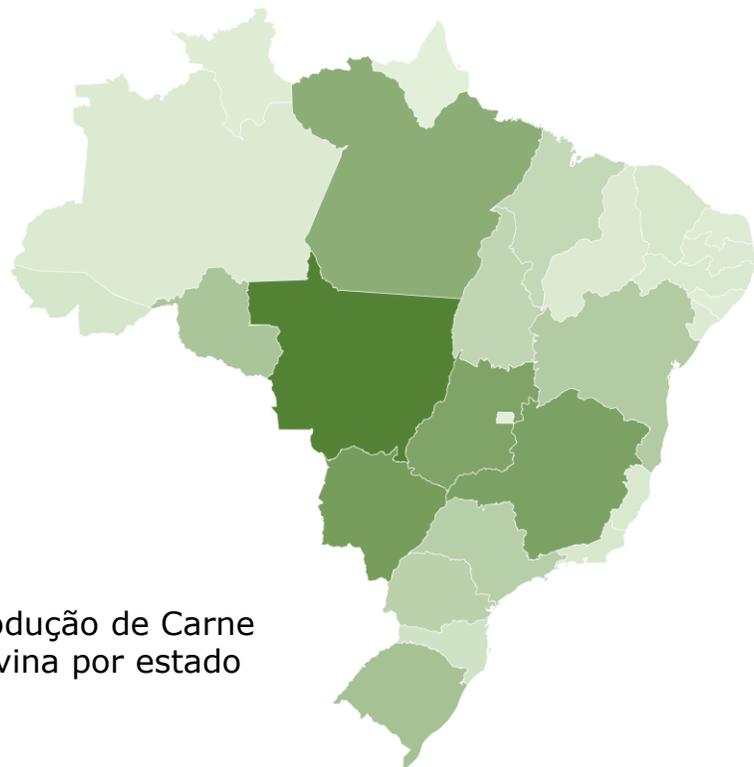


O Brasil se destaca como **produtor de carne bovina** segundo Beef report em 2021:



Fonte: Beef report

SETOR | BOVINO



Powered by Bing
© Microsoft, OpenStreetMap

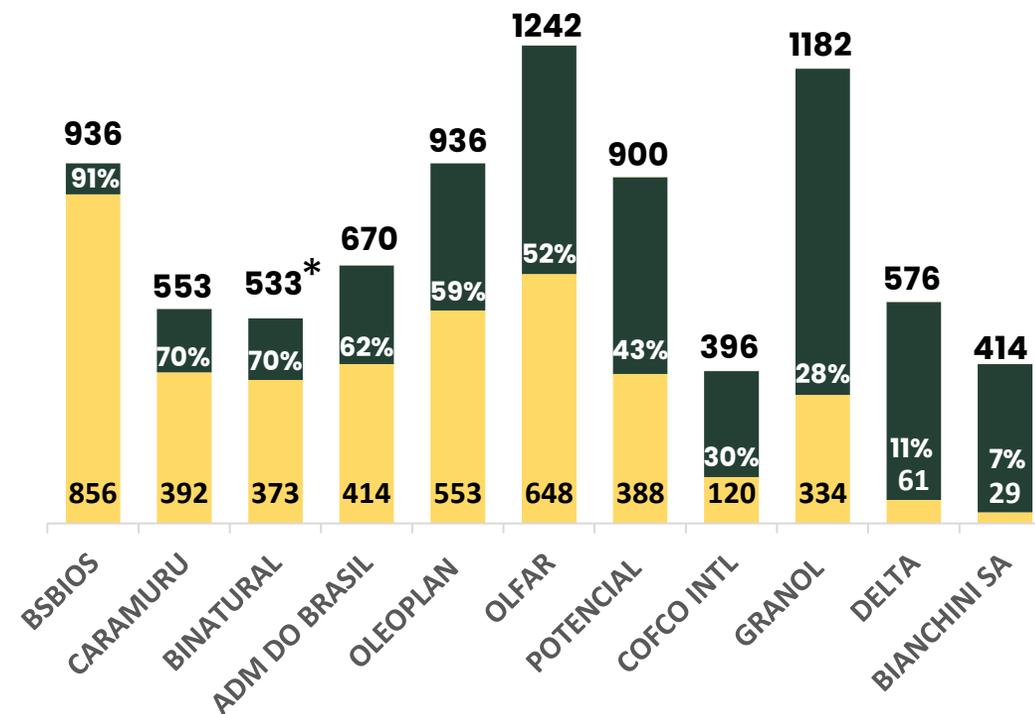
Ranking	Estado
1º	Mato Grosso
2º	Mato Grosso do Sul
3º	Minas Gerais
4º	Goiás
5º	Pará



SETOR | BIOCOMBUSTÍVEL



Capacidade de produção vs volume vendido
 2022:
 (milhões de litros)



Fonte: ANP

*Aprovação da ampliação para 594MM de Litros obtida em Novembro/2022



ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL A SERVIÇO DO PLANETA

A diferença no mercado de energia renovável

- Visão Geral
- Estrutura Operacional da Binatural
- Fundamentos do Setor
- **Highlights Financeiros**
- Term Sheet e Estrutura do CRA
- Anexos



LEIA OS DOCUMENTOS DO CRA ANTES DE ACEITAR A OFERTA RESTRITA, ESPECIALMENTE A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO.

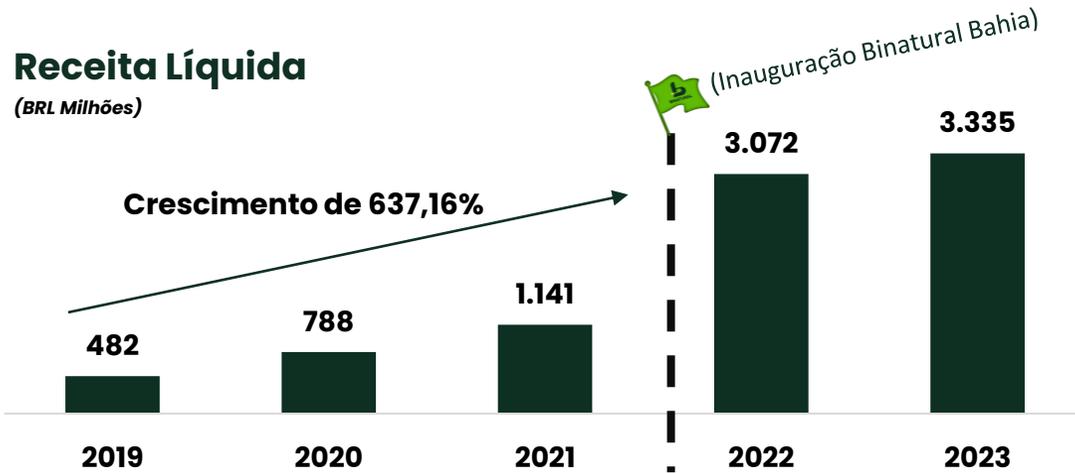
StoneX  BINATURAL


CONFIDENCIAL

HIGHLIGHTS FINANCEIROS CONSOLIDADO

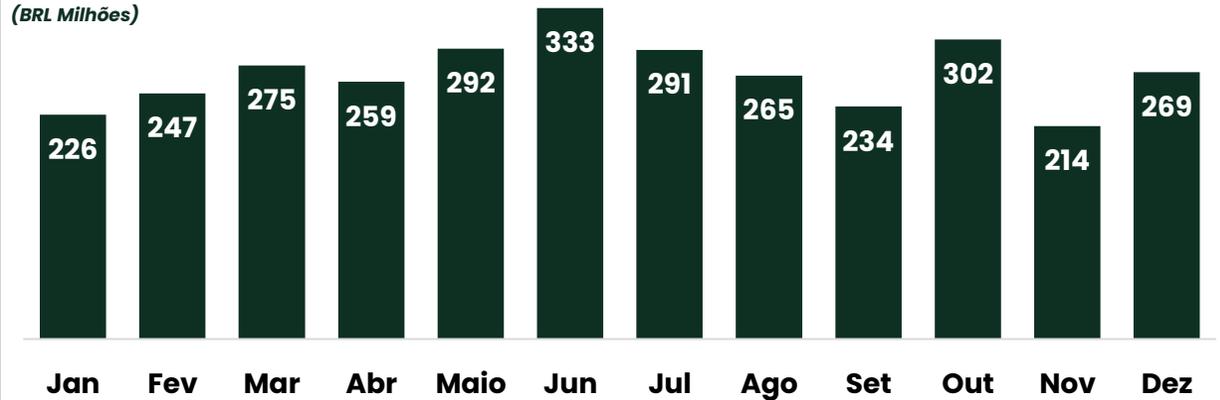
Receita Líquida

(BRL Milhões)



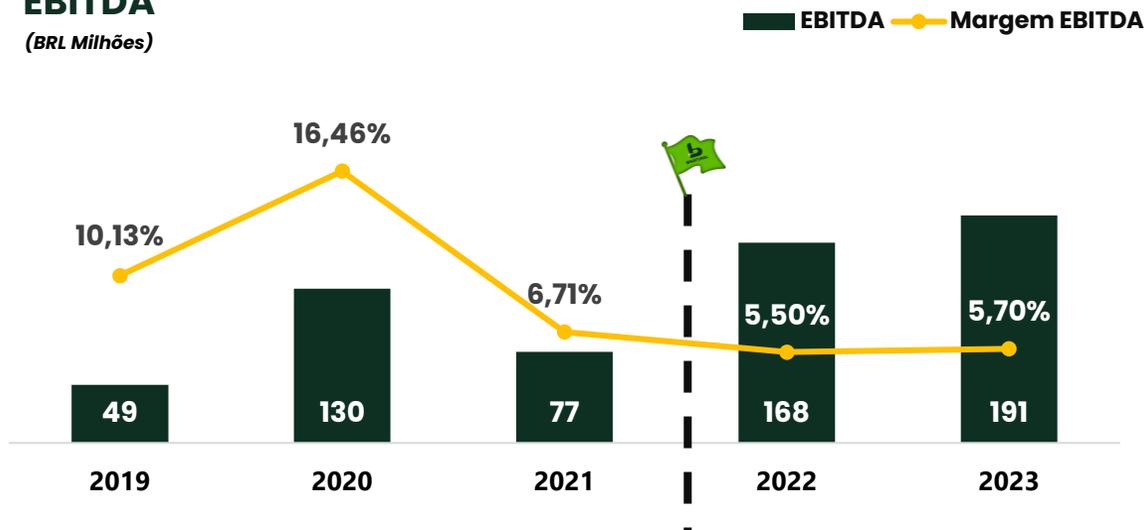
Abertura de Receita Bruta de 2022 – Mês a Mês

(BRL Milhões)



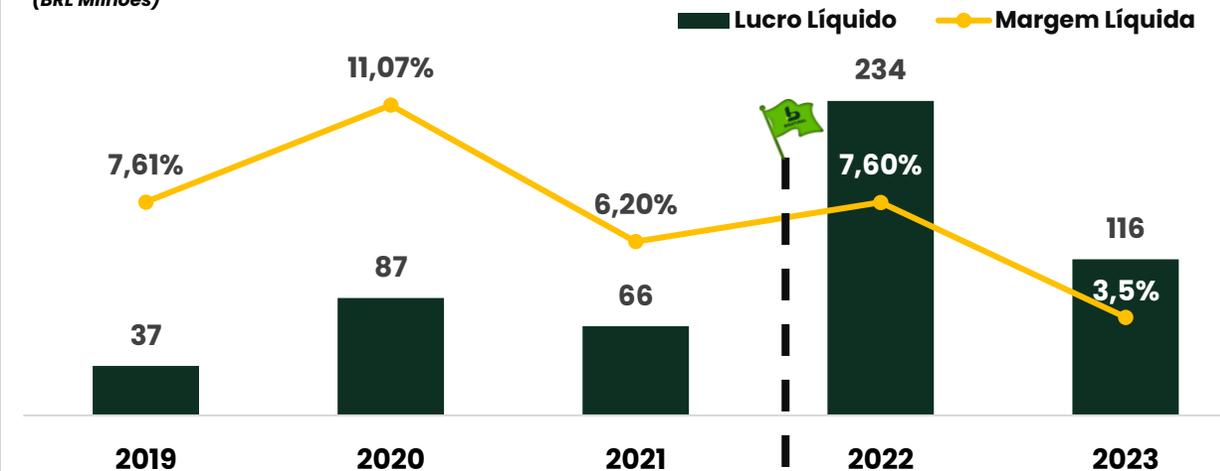
EBITDA

(BRL Milhões)



Lucro Líquido | Margem Líquida

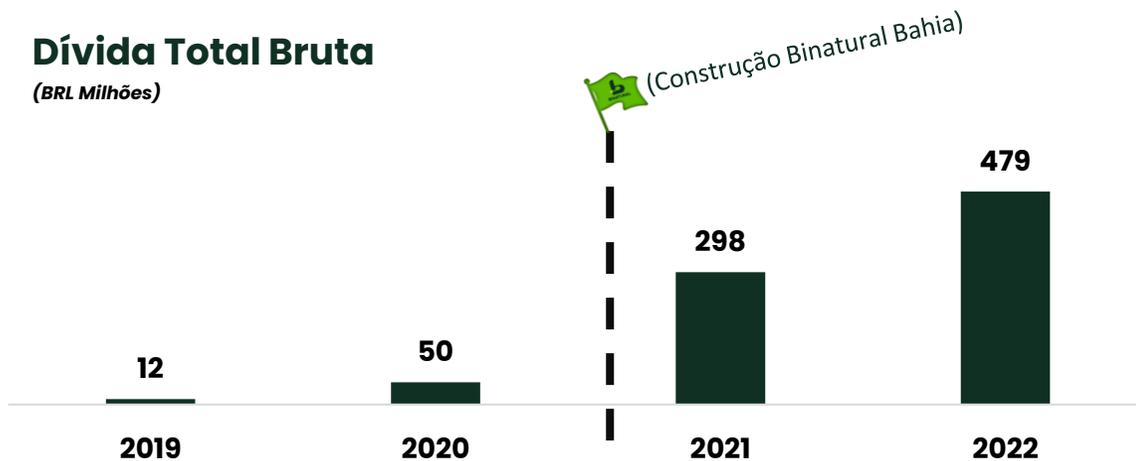
(BRL Milhões)



HIGHLIGHTS FINANCEIROS CONSOLIDADO

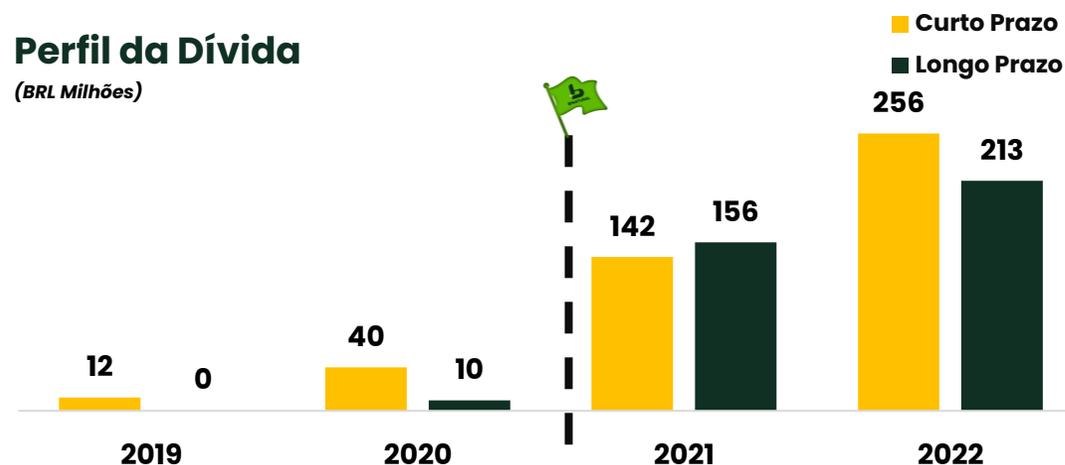
Dívida Total Bruta

(BRL Milhões)



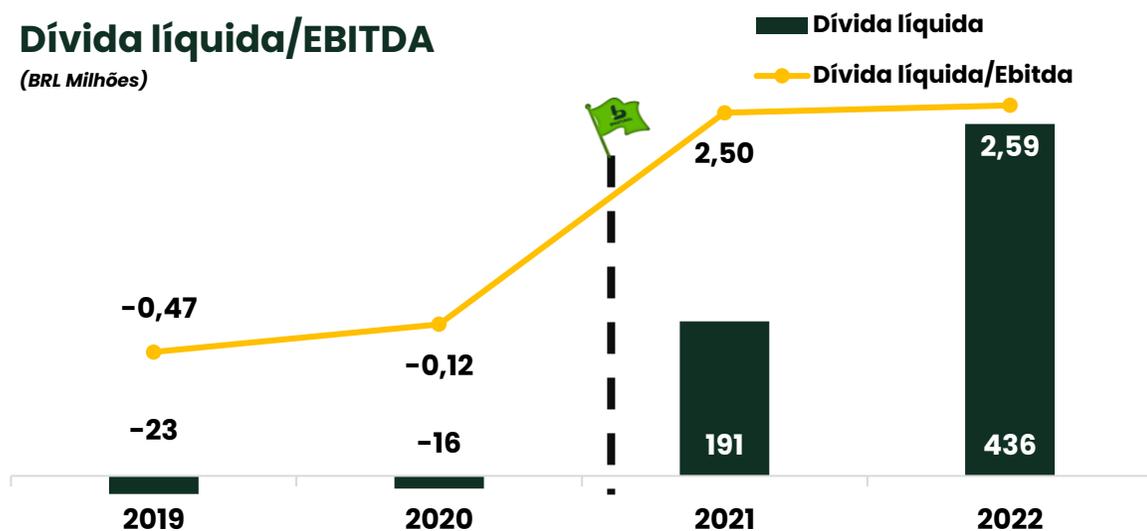
Perfil da Dívida

(BRL Milhões)



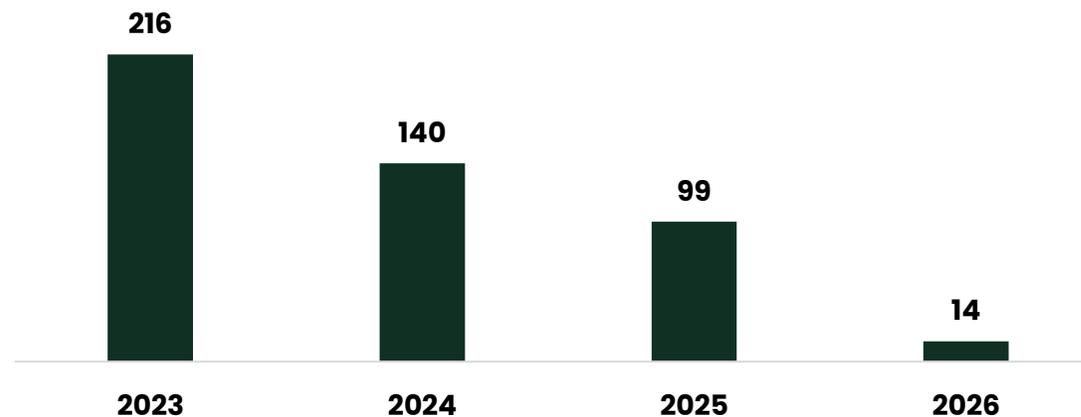
Dívida Líquida/EBITDA

(BRL Milhões)



Abertura | Vencimento

(BRL Milhões)





ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL A SERVIÇO DO PLANETA

A diferença no mercado de energia renovável

- Visão Geral
- Estrutura Operacional da Binatural
- Fundamentos do Setor
- Highlights Financeiros
- **Term Sheet e Estrutura do CRA**
- Anexos



LEIA OS DOCUMENTOS DO CRA ANTES DE ACEITAR A OFERTA RESTRITA, ESPECIALMENTE A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO.

StoneX  BINATURAL


CONFIDENCIAL

ESTRUTURA | CRA BINATURAL

Instrumento	Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)
Tipo de Oferta	Oferta pública de Distribuição, sujeita ao rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM160
Coordenador Líder	StoneX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Lastro	Nota Comercial emitida pelo Devedor
Devedor	Binatural Bahia Ltda.
Assessor legal	FLH Advogados
Volume da Oferta	Até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)
Preço Unitário	R\$ 1.000,00
Taxa	CDI + 4,65%
Prazo Total Duration	60 meses
Pagamento de Juros	Mensal
Amortização do Principal	Amortização semestral com 18 meses de carência
Destinação dos recursos	Aquisição de soja de Produtores rurais.
Garantias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantia Fidejussória: Aval da Binatural Energias Renováveis S.A.; 2. Garantia Real: Alienação Fiduciária da Unidade Binatural Goiás – Avaliada em BRL 56MM; 3. Garantia Real: Cessão Fiduciária de Recebíveis oriundos de venda de Biodiesel para a VIBRA Energia (Antiga BR Distribuidora) – Mínimo de BRL 40MM mês circulando em Conta Vinculada.
Covenants Financeiros (Apurados com base nas DFs Combinadas Gerenciais)	<ol style="list-style-type: none"> a) Dívida Líquida/EBITDA - $\leq 3,0x$ b) Liquidez Corrente - $> 1,10x$



ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL A SERVIÇO DO PLANETA

A diferença no mercado de energia renovável

- Visão Geral
- Estrutura Operacional da Binatural
- Fundamentos do Setor
- Highlights Financeiros
- Term Sheet e Estrutura do CRA

- **Anexos**



LEIA OS DOCUMENTOS DO CRA ANTES DE ACEITAR A OFERTA RESTRITA, ESPECIALMENTE A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO.

StoneX  BINATURAL


CONFIDENCIAL



StoneX®

Brasil e Paraguai



- ✓ No Brasil desde 2005
- ✓ 14 escritórios no Brasil + 2 no Paraguai
- ✓ 120 consultores especializados
- ✓ 1300 clientes no agronegócio

Quem somos

A origem da StoneX Group Inc. é norte-americana, com quase 100 anos de existência, nascida do Cooperativismo, e depois se tornando uma empresa global, com suas ações listadas na NASDAQ (SNEX), assumindo a posição de número 87 da FORTUNE 500.

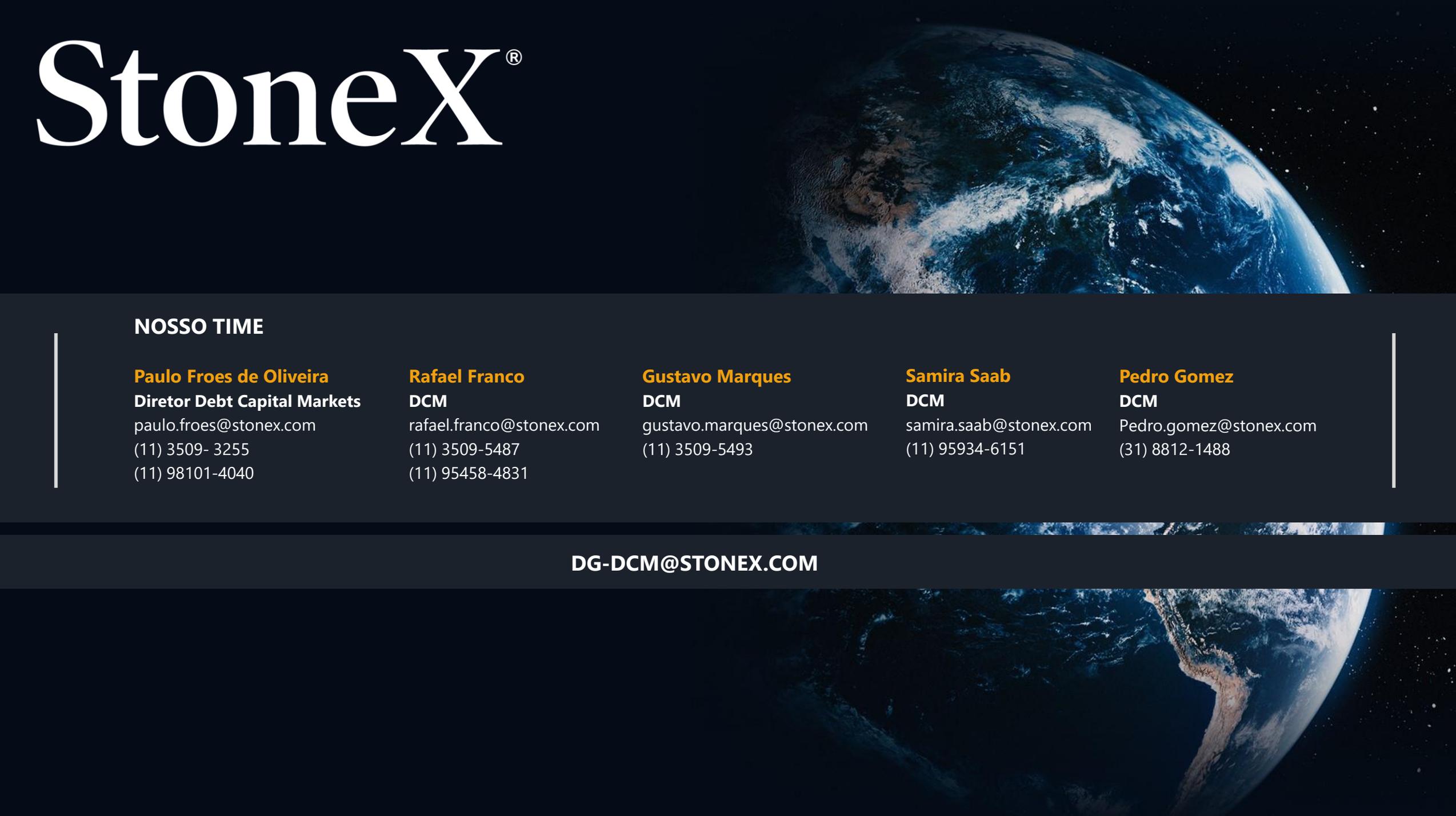


SERVIÇOS ÁREAS



INTELIGÊNCIA DE MERCADO	GRÃOS E OLEAGINOSAS
IRMP	ENERGIA
DTVM	AÇÚCAR E ETANOL
KNOW-RISK	ALGODÃO
TERMINAIS DE MERCADO	CAFÉ
BANCO DE CÂMBIO	FERTILIZANTES
FINANÇAS CORPORATIVAS	CARNES E PECUÁRIA
INVESTIMENTOS	METAIS

StoneX[®]



NOSSO TIME

Paulo Froes de Oliveira

Diretor Debt Capital Markets

paulo.froes@stonex.com

(11) 3509- 3255

(11) 98101-4040

Rafael Franco

DCM

rafael.franco@stonex.com

(11) 3509-5487

(11) 95458-4831

Gustavo Marques

DCM

gustavo.marques@stonex.com

(11) 3509-5493

Samira Saab

DCM

samira.saab@stonex.com

(11) 95934-6151

Pedro Gomez

DCM

Pedro.gomez@stonex.com

(31) 8812-1488

DG-DCM@STONEX.COM

Fatores de Risco

RISCO RELATIVO AO AMBIENTE MACROECONÔMICO

(i) Interferência do governo brasileiro na economia

O governo brasileiro tem poderes para intervir na economia e, ocasionalmente, modificar sua política econômica, podendo adotar medidas que envolvam controle de salários, preços, câmbio, remessas de capital e limites à importação, entre outros, que podem causar efeito adverso relevante nas atividades da Securitizadora, do Devedor e do Avalista. As atividades, situação financeira e resultados operacionais da Securitizadora, do Devedor e do Avalista, poderão ser prejudicados de maneira relevante devido a modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como (i) taxas de juros; (ii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, como aqueles que foram impostos em 1989 e no início de 1990; (iii) flutuações cambiais; (iv) inflação; (v) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (vi) política fiscal; (vii) política de abastecimento, inclusive criação de estoques reguladores de commodities; e (viii) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal, nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades e resultados operacionais da Securitizadora, do Devedor e do Avalista.

(ii) Efeitos dos mercados internacionais

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas e emergentes. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. Crises em outros países de economia emergente ou políticas econômicas diferenciadas podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, incluindo os CRA, o que poderia prejudicar seu preço de mercado. Ademais, acontecimentos negativos no mercado financeiro e de capitais brasileiro, eventuais notícias ou indícios de corrupção em companhias abertas e em outros emissores de títulos e valores mobiliários e a não aplicação rigorosa das normas de proteção dos investidores ou a falta de transparência das informações ou, ainda, eventuais situações de crise na economia brasileira e em outras economias poderão influenciar o mercado de capitais brasileiro e impactar negativamente os títulos e valores mobiliários emitidos no Brasil.

Fatores de Risco (cont)

(iii) Política Econômica do Governo Federal

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras para influenciar a economia do Brasil, que podem causar efeito adverso relevantes nas atividades dos envolvidos no presente Termo de Securitização. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram, no passado, controle de salários e preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados, dentre outras. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas que o Governo Federal poderá adotar no futuro e não podemos prevêê-las. Os negócios, resultados operacionais e financeiros e nosso fluxo de caixa podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública federal, estadual e/ou municipal, e por fatores tais como, mais não limitados a variação nas taxas de câmbio, controle de câmbio, índices de inflação, flutuações nas taxas de juros, falta de liquidez nos mercados doméstico, financeiro e de capitais, instabilidade de preços, política fiscal e regime tributário, e medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o País.

(iv) Efeitos da Política Anti-inflacionária

Historicamente, o Brasil teve altos índices de inflação. A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la, combinadas com a especulação de futuras políticas de controle inflacionário, contribuíram para a incerteza econômica e aumentaram a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Futuras e eventuais medidas tomadas pelo Governo Federal, incluindo ajustes na taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real, podem ter um efeito material desfavorável sobre a economia brasileira e sobre os ativos que lastreiam esta Emissão. Caso o Brasil venha a vivenciar uma significativa inflação no futuro, é possível que o Termo de Securitização e os documentos relacionados a este não sejam capazes de acompanhar estes efeitos da inflação. Como o pagamento dos investidores dos CRA está baseado na realização destes ativos, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores dos CRA.

Fatores de Risco (cont)

(v) Instabilidade cambial

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. As desvalorizações do Real podem afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como os resultados da Securitizadora, do Devedor e do Avalista, podendo impactar o desempenho financeiro, o preço de mercado dos CRA de forma negativa, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação.

(vi) Redução de investimentos estrangeiros no Brasil

Uma eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no Brasil pode ter impacto no balanço de pagamentos, o que pode forçar o Governo Federal a ter maior necessidade de captações de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, a taxas de juros mais elevadas. Igualmente, eventual elevação significativa nos índices de inflação brasileiros e o eventual aumento nas taxas de juros de títulos públicos de países desenvolvidos podem trazer impacto negativo para a economia brasileira e vir a afetar os patamares de taxas de juros, elevando despesas com empréstimos já obtidos e custos de novas captações de recursos por empresas brasileiras.

(vii) Acontecimentos recentes no Brasil

Os Investidores Profissionais que decidirem pelo investimento nos CRA devem atentar para o fato de que a economia brasileira recentemente enfrentou dificuldades e revezes e poderá continuar a declinar ou não melhorar, o que pode afetar negativamente o Devedor e o Avalista. O Brasil enquanto nação atualmente é classificado (sovereign credit rating) como “BB-” pela agência Standard & Poor’s Rating Services e pela agência Fitch Ratings Brasil Ltda e como “Ba2” pela agência Moody’s, o que representa um grau especulativo de investimento. Qualquer deterioração nessas condições pode afetar adversamente a capacidade produtiva do Devedor e do Avalista e conseqüentemente suas capacidades de pagamento.

Fatores de Risco (cont)

(viii) O Avalista e o Devedor estão sujeitos à instabilidade econômica e política e a outros riscos relacionados a operações globais e em mercados emergentes pode afetar adversamente a economia brasileira e os negócios do Devedor e do Avalista.

Dado que o Devedor e o Avalista operam no Brasil, ele está vulnerável a certas condições econômicas, políticas e de mercado voláteis no Brasil e em outros mercados emergentes, que poderão ter impacto negativo sobre os resultados operacionais e sobre a capacidade de o Devedor e do Avalista prosseguirem com suas estratégias de negócios. Assim, o Devedor e o Avalista estão expostos também a outros riscos, dentre os quais: (i) políticas e regulamentações governamentais com efeitos sobre o setor agrícola e setores relacionados; (ii) aumento das propriedades governamentais, inclusive por meio de expropriação, e do aumento da regulamentação econômica nos mercados em que operamos; (iii) risco de renegociação ou alteração dos contratos e das normas e tarifas de importação, exportação e transporte existentes; (iv) inflação e condições econômicas adversas decorrentes de tentativas governamentais de controlar a inflação, como a elevação das taxas de juros e controles de salários e preços; (v) barreiras ou disputas comerciais referentes a importações ou exportações, como quotas ou elevações de tarifas e impostos sobre a importação de commodities agrícolas e produtos de commodities; (vi) alterações da legislação tributária ou regulamentações fiscais potencialmente adversas nos países em que atuamos; (vii) controle de câmbio, flutuações cambiais e outras incertezas decorrentes de políticas governamentais sobre operações internacionais; e (viii) instabilidade política significativa. A ocorrência de qualquer um desses eventos nos mercados em que o Devedor e o Avalista atuam ou em outros mercados para os quais o Devedor e o Avalista pretendem expandir-se poderá afetar negativamente suas receitas e resultados operacionais.

(ix) Desafios e incertezas geopolíticas e outros devidos ao conflito militar em curso entre a Rússia e a Ucrânia podem ter um efeito adverso relevante na economia global, alguns preços de materiais e commodities e nos negócios do Devedor e do Avalista

Os mercados globais estão atualmente operando em um período de incerteza econômica, volatilidade e interrupção após a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro de 2022. Embora a duração e o impacto do conflito militar em curso sejam altamente imprevisíveis, o conflito na Ucrânia e quaisquer outras tensões geopolíticas podem ter um efeito adverso sobre a economia e a atividade empresarial globalmente e levar a: (i) impactos no mercado de crédito e de capitais (ii) volatilidade significativa nos preços das commodities (como grãos, insumos de fertilizantes, petróleo e gás); (iii) aumento das despesas relacionadas a materiais diretos e indiretos utilizados no processo produtivo (ou seja, embalagens, logística e insumos, entre outros) do Devedor e do Avalista; (iv) aumento dos custos de recursos (como energia, gás natural e carvão) para as operações do Devedor e do Avalista; (v) desaceleração ou impactos na cadeia de suprimentos global e local, o que pode levar à escassez e falta de materiais, commodities e produtos críticos no mercado; (vi) potencial valorização do dólar americano; (vii) aumento das taxas de juros e inflação nos mercados em que atuamos, o que pode contribuir para novos aumentos nos preços de energia, petróleo e outras commodities; e (viii) crescimento global mais baixo ou negativo.

Fatores de Risco (cont)

Qualquer evento desse tipo pode aumentar os custos e afetar adversamente os negócios do Devedor e do Avalista se não for capaz de repassar esse aumento de custos aos seus clientes. Além disso, a anexação anterior da Crimeia pela Rússia, o recente reconhecimento de duas repúblicas separatistas nas regiões de Donetsk e Luhansk da Ucrânia e as subsequentes intervenções militares na Ucrânia levaram a sanções e outras penalidades impostas pelos Estados Unidos, União Europeia e outros países contra a Rússia, Bielorrússia, a região da Crimeia da Ucrânia, a chamada República Popular de Donetsk e a chamada República Popular de Luhansk, incluindo o acordo para remover certas instituições financeiras russas do sistema de pagamento Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication, ou SWIFT.

Potenciais sanções e penalidades adicionais também foram propostas e/ou ameaçadas. As ações militares russas, as sanções resultantes e as contramedidas russas ou ações de retaliação (incluindo ciberataques e espionagem) podem afetar adversamente a economia global e os mercados financeiros e levar a mais instabilidade e falta de liquidez nos mercados de capitais. O impacto dessas medidas, bem como as possíveis respostas a elas por parte da Rússia, são atualmente desconhecidos e, embora a exposição da Companhia à Rússia e à Ucrânia seja limitada, medidas atuais e futuras podem afetar significativa e adversamente os negócios do Devedor, sua condição financeira e resultados operacionais.

Os riscos geopolíticos e econômicos também aumentaram nos últimos anos como resultado das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, o Brexit e o aumento do populismo. As crescentes tensões podem levar, entre outros, a uma desglobalização da economia mundial, um aumento do protecionismo ou barreiras à imigração, uma redução geral do comércio internacional de bens e serviços e uma redução na integração dos mercados financeiros, qualquer um dos quais poderia afetar material e adversamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais do Devedor e do Avalista, comprometendo a capacidade do Devedor e do Avalista de honrar com suas obrigações assumidas no âmbito das Notas Comerciais.

Fatores de Risco (cont)

(x) Riscos relacionados ao surto de doenças transmissíveis

Os surtos de doenças transmissíveis podem causar a diminuição do consumo, o aumento inflacionário, aumento do desemprego, dentre inúmeros outros fatores semelhantes ou iguais às grandes crises econômicas. Nesse sentido, surtos ou potenciais surtos de doenças, como a COVID-19, representam grandes riscos à economia brasileira, não estando excluídos as operações e os negócios da Securitizadora, do Devedor e do Avalista e, conseqüentemente, a sua respectiva capacidade de auferir renda. Desse modo, os possíveis impactos aos negócios da Securitizadora, do Devedor e do Avalista gerados por surtos de doenças transmissíveis representa, pois, riscos à capacidade de adimplemento dos CRA.

(xi) Instabilidade política no Brasi

O ambiente político brasileiro historicamente influenciou e continua a influenciar a economia do Brasil, bem como a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e volatilidade dos preços dos títulos (incluindo valores mobiliários) emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto, ou PIB, fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor. Em especial, o mercado de capitais brasileiro tem observado um aumento na volatilidade devido à incerteza das investigações em andamento pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. Essas investigações afetaram o ambiente econômico e político do Brasil. Alguns integrantes do governo e do poder legislativo, bem como executivos de grandes empresas públicas e privadas, estão sob acusações de corrupção por supostamente aceitarem subornos em troca de contratos de concessão do governo com empresas dos setores de infraestrutura, petróleo, gás e construção, entre outros. Esses subornos supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizados ou divulgados publicamente, resultando no enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como consequência, vários políticos, incluindo integrantes do Congresso Nacional e executivos de grandes empresas públicas e privadas renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, enquanto outros ainda estão sob investigação por conduta antiética e ilegal identificada durante essas investigações.

O eventual desfecho dessas e de outras investigações permanece incerto, mas essas investigações já afetaram negativamente a reputação das empresas envolvidas, bem como a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. Não há garantia de que essas investigações em andamento não levarão a mais instabilidade política e econômica, ou se novas alegações contra membros e executivos do governo e/ou empresas privadas surgirão no futuro.

Fatores de Risco (cont)

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os do Devedor e do Avalista. Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações do Devedor e do Avalista. Incertezas em relação à implementação, pelo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Não há garantia sobre quais políticas o Presidente do Brasil adotará ou se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais terão um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre o Devedor e sobre o Avalista. A recente instabilidade política e econômica levou a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios da Emissora e do Devedor e do Avalista e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento das obrigações da Devedor relativas aos Direitos Creditórios do Agronegócio e, conseqüentemente, o fluxo de pagamento dos CRA.

(xii) Guerra entre Rússia e Ucrânia impacta diretamente o agronegócio brasileiro, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e na economia brasileira

Em 24 de fevereiro de 2022, o exército russo invadiu o território ucraniano, sendo considerado um dos maiores conflitos armados da atualidade na Europa. Tal conflito afeta diretamente a capacidade de importação dos principais produtos adquiridos pelo Brasil do Leste Europeu, tais como fertilizantes e insumos agrícolas. Ainda, a maior inflação resultante da invasão pode impactar o preço de grãos como a soja e o milho, bem como influenciar no preço de combustíveis fósseis, encarecendo a produção e custos logísticos. Tal conflito poderia ensejar uma valorização do dólar, acarretando possíveis impactos negativos na cadeia produtiva, tanto por falta de insumos, como pelo aumento dos custos de produção. Este cenário de incerteza sobre a duração dos conflitos, bem como das sanções econômicas impostas, afetam a economia e o mercado de capitais global, podendo impactar negativamente a economia brasileira e o mercado de capitais brasileiro, podendo ocasionar uma redução ou falta de liquidez para os CRA, bem como afetar os resultados financeiros do Devedor e do Avalista.

Fatores de Risco (cont)

RISCOS RELACIONADOS AO SETOR DO AGRONEGÓCIO

(i) Desenvolvimento do agronegócio

Não há como assegurar que, no futuro, o agronegócio brasileiro (i) manterá a taxa de crescimento e desenvolvimento que se vem observando nos últimos anos, e (ii) não apresentará perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, redução de preços de commodities do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito para produtores nacionais, tanto da parte de órgãos governamentais como de entidades privadas, que possam afetar a renda do Devedor e do Avalista e, conseqüentemente, sua capacidade de pagamento, bem como outras crises econômicas e políticas que possam afetar o setor agrícola em geral. A redução da capacidade de pagamento do Devedor e do Avalista poderá impactar negativamente a capacidade de pagamento dos CRA.

(ii) Riscos de transporte

O Brasil é um país com deficiente estrutura logística. Isto ocasiona custos elevados e demora na movimentação dos produtos o que pode comprometer a competitividade dos produtos, notadamente nos itens de baixo valor agregado, onde o custo logístico tem grande peso relativo. A distância dos portos, no caso do produto exportado, ou dos mercados consumidores, naqueles produzidos para mercado interno, trazem perda significativa de competitividade e afetam a capacidade de obter margens satisfatórias comprometendo assim a capacidade de pagamento do Devedor e do Avalista.

(iii) Riscos climáticos

As alterações climáticas extremas podem ocasionar mudanças bruscas nos ciclos produtivos de commodities agrícolas, por vezes gerando choques de oferta, quebras de safra, volatilidade de preços, alteração da qualidade e interrupção no abastecimento dos produtos por elas afetados. Nesse contexto, a capacidade de produção do Devedor e do Avalista pode ser adversamente afetada, gerando dificuldade ou impedimento do cumprimento das obrigações do Devedor e do Avalista, o que pode afetar a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Fatores de Risco (cont)

(iv) Baixa produtividade

A falha ou impossibilidade no controle de pragas e doenças pode afetar negativamente a produtividade das lavouras dos produtos do Devedor e do Avalista, impactando a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio e, portanto, na obtenção de recursos para cumprimento das obrigações perante os Titulares de CRA.

(v) Uma volatilidade significativa do real frente ao dólar pode impactar de forma relevante as receitas e o endividamento do Devedor e do Avalista

A volatilidade da cotação do Real frente ao Dólar tem efeitos relevantes na condição financeira consolidada do Devedor e do Avalista e em seu resultado operacional consolidado quando expressos em Reais, além de impactar suas receitas, despesas e ativos consolidados denominados em moeda estrangeira. As receitas de vendas com exportações e, portanto, a geração de caixa operacional do Devedor e do Avalista é direta e imediatamente afetada pela variação da taxa média de câmbio entre o Real e o Dólar. A depreciação do Real causa aumento de tais receitas quando expressas em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta em receitas de vendas com exportação menores. As receitas no mercado doméstico são indiretamente influenciadas pela variação da taxa cambial, na medida em que os produtos importados, cotados em Dólares, ganham ou perdem competitividade no mercado doméstico dependendo da taxa de câmbio. Alguns custos e despesas operacionais do Devedor e do Avalista, tais como despesas com seguros e fretes relacionadas às exportações e custos de produtos químicos utilizados como matéria prima, entre outros, também são afetados pelas variações cambiais. Sendo assim, a depreciação do Real resulta em aumento de tais custos e despesas expressos em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta na queda de tais custos e despesas. As contas patrimoniais consolidadas do Devedor e do Avalista, indexadas em moeda estrangeira, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes e estoques no exterior, são diretamente e pontualmente afetadas pela taxa de câmbio.

(vi) Situações de restrição de liquidez no mercado poderão aumentar o custo, restringir os prazos ou até mesmo inviabilizar a captação de recursos no mercado, o que poderá afetar adversamente as operações do Devedor e do Avalista

Fatores de Risco (cont)

As empresas brasileiras de commodities fizeram grandes investimentos durante os últimos anos a fim de competir com mais eficácia e em maior escala no mercado internacional. Este movimento elevou a necessidade de recursos e a diversificação de fontes de financiamentos com instituições financeiras nacionais e internacionais. Dentro deste contexto, o Devedor e o Avalista dependem do capital de terceiros para conduzir seus negócios, na forma de operações de financiamento para suportar seus investimentos ou capital de giro. Em situações de restrição de liquidez, como a vivenciada em 2008 e 2009, em razão da crise financeira internacional, e, em 2015 e 2016, em razão da crise econômica nacional, as linhas de crédito podem se tornar excessivamente curtas, caras ou até mesmo indisponíveis. Nessas circunstâncias, aumenta-se o risco de captação e de rolagem, ou seja, a possibilidade de não obtenção, no mercado, dos recursos necessários para honrar os vencimentos da dívida contratada, assim como o risco de ter de levantar esses recursos a custos elevados, o que poderá afetar adversamente os resultados do Devedor e do Avalista.

RISCOS DA SECURITIZAÇÃO

(i) Recente desenvolvimento da securitização de direitos creditórios do agronegócio

A securitização de direitos creditórios do agronegócio é uma forma de captação recente no Brasil. A Lei 11.076, que criou os certificados de recebíveis do agronegócio, foi editada em 2004. Entretanto, só houve um volume maior de emissões de certificados de recebíveis do agronegócio nos últimos anos. Além disso, a securitização é uma tipo de operação mais complexa que outras emissões de valores mobiliários, já que envolve estruturas jurídicas que objetivam a segregação dos riscos do emissor do valor mobiliário, de seu devedor e dos créditos que lastreiam a emissão. Dessa forma, por se tratar de um mercado com histórico recente no Brasil, este ainda não se encontra totalmente regulamentado e com jurisprudência pacífica, podendo ocorrer situações em que ainda não existam regras que o direcionem, gerando assim um risco aos investidores dos CRA, uma vez que o Poder Judiciário poderá, ao analisar a Oferta e os CRA, e interpretar as normas que regem o assunto, proferir decisões desfavoráveis aos interesses dos investidores dos CRA.

Fatores de Risco (cont)

(ii) Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da securitização

Toda a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico desta Emissão considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte estipuladas por meio de contratos e títulos de crédito, tendo por diretrizes a legislação em vigor. Em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro no que tange a este tipo de operação financeira, em situações de estresse poderá haver perdas por parte dos Titulares de CRA, em razão do dispêndio de tempo e recursos para promoção da eficácia da estrutura adotada para os CRA, na eventualidade de necessidade de reconhecimento ou exigibilidade por meios judiciais de quaisquer dos termos e das condições aplicáveis aos CRA.

(iii) A regulamentação específica acerca das emissões de certificados de recebíveis do agronegócio é recente e ainda não foi testada no mercado

A atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio está sujeita à: (a) Lei 11.076; (b) Lei 14.430; e (iii) regulamentação da CVM, no que se refere a distribuições públicas de certificados de recebíveis do agronegócio. Até 1º de agosto de 2018 inexistia regulamentação específica para estes valores mobiliários e suas respectivas ofertas ao público investidor. Não obstante tenha sido publicada regulamentação específica para os certificados de recebíveis em 2021, por meio da Resolução CVM 60, ainda não se tem certeza dos efeitos que o marco regulatório acarretará à estruturação das operações, na medida em que a regulamentação é nova e sua aplicação aos CRA ainda está sendo verificada pelos players do mercado.

Fatores de Risco (cont)

RISCOS DOS CRA E DA OFERTA

(i) Riscos gerais

Os riscos a que estão sujeitos os Titulares de CRA podem variar significativamente, e podem incluir, sem limitação, perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, pragas ou outros fatores naturais que afetem negativamente a produção e comercialização dos produtos do Devedor e do Avalista, redução de preços de commodities do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito que possam afetar a renda do Devedor e do Avalista, de suas controladas, e, conseqüentemente, a sua capacidade de pagamento, bem como outras crises econômicas que possam afetar o setor a que se destina a captação de recursos viabilizada pela operação de securitização, objeto deste Termo de Securitização. Adicionalmente, falhas na constituição ou formalização do lastro dos CRA, da Cessão Fiduciária e da Alienação Fiduciária de Imóvel, bem como a impossibilidade de execução específica das Notas Comerciais, dos Direitos Creditórios do Agronegócio, da Cessão Fiduciária e da Alienação Fiduciária de Imóvel, caso necessária, também podem afetar negativamente o fluxo de pagamentos dos CRA.

(ii) Falta de liquidez dos CRA

O modelo de financiamento no mercado de capitais por meio de CRA ainda é incipiente no Brasil. Desta forma, o mercado secundário existente no Brasil para negociação de certificados de recebíveis do agronegócio apresenta baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociações dos CRA que possibilite aos Titulares de CRA sua alienação nas condições que entendam convenientes.

Fatores de Risco (cont)

(iii) Restrição de negociação

Nos termos do artigo 84 da Resolução CVM 160, a negociação dos CRA, subscritos e integralizados no âmbito da Oferta, deverá observar as seguintes condições: (i) os CRA poderão ser negociados, em mercado secundário regulamentado, pelos Investidores Profissionais, com Investidores Qualificados após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta; e (ii) os CRA poderão ser negociados, em mercado secundário regulamentado, pelos Investidores Profissionais e Investidores Qualificados, com o público em geral após decorridos 12 (doze) meses da data de encerramento da Oferta; e (iii) não haverá restrição de negociação dos CRA entre Investidores Profissionais. Nesse sentido, os Investidores Profissionais que subscreverem e integralizarem poderão negociar os CRA com outros Investidores Profissionais, mas terão que aguardar durante toda a duração o período de restrição para negociarem os CRA com Investidores Qualificados e público em geral. Portanto, a indisponibilidade de negociação temporária dos CRA no mercado secundário poderá afetar negativamente a liquidez do referido valor mobiliário. O Investidor Profissional deverá considerar a indisponibilidade de negociação temporária dos CRA no mercado secundário e o público restrito com o qual os CRA poderão ser negociados como fator que poderá afetar suas decisões de investimento.

(iv) O início Período de Distribuição está condicionado ao cumprimento das Condições Precedentes para Integralização

O início do Período de Subscrição, isto é, momento caracterizado pela possibilidade de efetiva liquidação da subscrição e integralização dos CRA, está condicionada ao cumprimento de das Condições Precedentes para Integralização pelo Devedor, conforme disposto neste Termo de Securitização e no Contrato de Distribuição, Nesse sentido, é possível que a Oferta seja cancelada caso referidas Condições Precedentes para Integralização não sejam cumpridas, de modo que o potencial investidor deve considerar tal aspecto como fator que poderá afetar suas decisões de investimento.

Fatores de Risco (cont)

(v) Inexistência de classificação de risco dos CRA

Os CRA, bem como a presente Oferta, não foram objeto de classificação de risco de modo que os Investidores Profissionais não contarão com uma análise de risco independente realizada por uma empresa de classificação de risco (empresa de rating), o que poderá induzir os Investidores Profissionais a erro. Caberá aos potenciais Investidores Profissionais, antes de subscrever e integralizar os CRA, analisar todos os riscos envolvidos na presente Oferta e na aquisição dos CRA, inclusive, mas não se limitando a, aqueles riscos descritos neste Termo de Securitização. Inclusive, a inexistência de classificação de risco para os CRA pode resultar em dificuldades adicionais na negociação dos CRA em mercado secundário, uma vez que os investidores não poderão se basear no relatório de rating para avaliação da condição financeira, desempenho e capacidade de o Devedor e do Avalista honrarem as obrigações por ele assumidas e, portanto, impactar o recebimento dos valores devidos no âmbito dos CRA. Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a classificações de risco determinadas, sendo que a inexistência de classificação de risco poderá inviabilizar a aquisição dos CRA por tais investidores.

(vi) Risco de estrutura

A presente Emissão tem o caráter de “operação estruturada”; desta forma e pelas características inerentes a este conceito, a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte, estipulados através de contratos privados tendo por diretriz a legislação em vigor. Em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro, no que tange a operações de CRA, em situações de stress, poderá haver perdas por parte dos Investidores Profissionais em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual.

(vii) Possibilidade de cancelamento da Oferta

As Notas Comerciais e o Contrato de Distribuição preveem diversas condições precedentes que devem ser satisfeitas para a realização da distribuição e integralização dos CRA. Na hipótese de referidas condições precedentes não serem verificadas/implementadas, a Securitizadora poderá decidir pela não continuidade da Oferta. Na hipótese acima prevista, a Oferta não será realizada e não produzirá efeitos com relação a quaisquer das partes, com o seu consequente cancelamento.

Fatores de Risco (cont)

(viii) Quórum de deliberação em Assembleia Especial de Investidores

Algumas deliberações a serem tomadas em Assembleias Gerais de Titulares de CRA são aprovadas por maioria dos presentes na respectiva assembleia e, em certos casos, exigem quórum mínimo ou qualificado estabelecido neste Termo de Securitização. O titular de pequena quantidade de CRA pode ser obrigado a acatar decisões da maioria, ainda que manifeste voto desfavorável, não havendo mecanismos de venda compulsória no caso de dissidência do Titular de CRA em determinadas matérias submetidas à deliberação em Assembleia Especial de Investidores.

(ix) Não realização adequada dos procedimentos de execução e atraso no recebimento de recursos decorrentes dos Direitos Creditórios do Agronegócio

A Securitizadora, na qualidade de credora dos Direitos Creditórios do Agronegócio, e o Agente Fiduciário, nos termos da Resolução CVM 17, são responsáveis por realizar os procedimentos de execução dos Direitos Creditórios do Agronegócio, de modo a garantir a satisfação do crédito dos Titulares de CRA. A realização inadequada dos procedimentos de execução dos Direitos Creditórios do Agronegócio por parte da Securitizadora ou do Agente Fiduciário, em desacordo com a legislação ou regulamentação aplicável, poderá prejudicar o fluxo de pagamento dos CRA. Adicionalmente, em caso de atrasos decorrentes de demora em razão de cobrança judicial dos Direitos Creditórios do Agronegócio, ou em caso de perda dos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios do Agronegócio, também pode ser afetada a capacidade de satisfação do crédito, afetando negativamente o fluxo de pagamentos dos CRA.

(x) A capacidade da Securitizadora em honrar suas obrigações decorrentes dos CRA está diretamente relacionado à suficiência do Patrimônio Separado

Os CRA são lastreados nos Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pelo Devedor. A vinculação dos Direitos Creditórios do Agronegócio aos CRA se dá por meio da instituição de Regime Fiduciário, sendo que os Direitos Creditórios do Agronegócio constituem Patrimônio Separado do patrimônio da Securitizadora. Os Direitos Creditórios do Agronegócio, por sua vez, representam direitos creditórios oriundos das Notas Comerciais emitida em favor da Securitizadora. O Patrimônio Separado constituído em favor dos Titulares de CRA da presente Emissão não conta com qualquer garantia adicional ou coobrigação da Securitizadora. Assim sendo, caso se dê o inadimplemento dos CRA, os Titulares de CRA terão ao seu dispor somente os Direitos Creditórios do Agronegócio para a recuperação dos montantes que lhes forem devidos consoante a Emissão, ressaltando-se aqui que, nessas hipóteses, não há garantia de que o Devedor e o Avalista terão recursos suficientes para honrar os pagamentos devidos nos termos dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Fatores de Risco (cont)

(xi) Resgate Antecipado dos CRA em função do inadimplemento e/ou vencimento antecipado dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Os CRA têm seu lastro nos Direitos Creditórios do Agronegócio, cujos valores, por lei, devem ser suficientes para cobrir os montantes devidos nos termos dos CRA durante todo o prazo da Emissão. Assim, ainda que haja, nesta data, em atendimento aos termos da Lei nº 11.076/04, o total lastreamento dos CRA, não existe garantia de que estes não possam sofrer interrupções ou inadimplementos em seus respectivos fluxos de pagamento. Caso se verifiquem quaisquer de tais hipóteses na prática, poderia haver vencimento antecipado das Notas Comerciais que compõe os ativos dos Direitos Creditórios do Agronegócio, frustrando o seu fluxo de pagamento, e, conseqüentemente, o Resgate Antecipado dos CRA, gerando assim potenciais conseqüências adversas aos titulares destes últimos. Logo, se por qualquer razão se der o inadimplemento e/ou vencimento antecipado de alguns dos ativos integrantes dos Direitos Creditórios do Agronegócio, observada a obrigação de reforço ou substituição dos Direitos Creditórios do Agronegócio na forma do artigo 18 § 3º da Resolução CVM nº 60, os valores e direitos constantes dos CRA igualmente terão vencimento antecipado, dada a impossibilidade legal de subsistência e/ou circulação dos CRA sem o devido lastro, gerando, com isto, potenciais impactos adversos para os seus titulares. O vencimento antecipado de algum dos ativos integrantes dos Direitos Creditórios do Agronegócio poderá fazer com que os Titulares de CRA recebam seus correspondentes recursos antes da data originalmente prevista para vencimento. Nesta hipótese, os Titulares de CRA poderão sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos nos mesmos termos e condições econômicos dos CRA.

(xii) Risco de deliberação pelo não resgate antecipado dos CRA

O presente Termo de Securitização prevê Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático, hipóteses em que a decretação do Resgate Antecipado dos CRA dependerá de deliberação nesse sentido em Assembleia Especial de Investidores, pelos quóruns específicos estipulados nas cláusulas que os definem. Desta forma, ainda que ocorra qualquer um dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático, há risco de que a Securitizadora não possa tomar quaisquer medidas e os Titulares de CRA permaneçam com o investimento.

Fatores de Risco (cont)

(xiii) Riscos relacionados às Garantias Adicionais

O Devedor, de forma a garantir o cumprimento de todas as obrigações oriundas das Notas Comerciais, constituiu a Alienação Fiduciária e Cessão Fiduciária inicialmente em benefício da Securitizadora. Para que a Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária passem a beneficiar a Securitizadora, o Contrato de Alienação Fiduciária deverá ser registrado perante o competente Cartório de Registro de Imóveis, para fins de eficácia e validade, assim como o Contrato de Cessão Fiduciária deverá ser registrado perante o(s) competente(s) Cartório(s) de Registro de Imóveis, para fins de eficácia e validade. Não há, no entanto, garantias de que estes registros ocorrerão antes da Data de Vencimento dos CRA, e não se tem controle sobre a realização de tais registros, de forma que, caso não ocorram, a Alienação Fiduciária de Imóvel e a Cessão Fiduciária poderão não ser constituídos, o que poderá ocasionar prejuízos aos investidores dos CRA. Adicionalmente, em caso de eventual necessidade de excussão da Alienação Fiduciária de Imóvel e/ou da Cessão Fiduciária, não há garantia de que os montantes apurados serão suficientes para a integral liquidação dos CRA.

(xiv) Riscos relacionados à redução do valor da Alienação Fiduciária de Imóvel

A Alienação Fiduciária de Imóvel constituída em favor da Securitizadora pode sofrer reduções e depreciações antes da Data de Vencimento dos CRA, de modo que seu valor se torne inferior ao saldo devedor dos CRA. Assim sendo, caso se dê o inadimplemento da obrigação de reforço ou recomposição da garantia, não há garantia de que o Devedor ou o Avalista terão recursos suficientes para honrar os pagamentos devidos nos termos dos Direitos Creditórios do Agronegócio, e, conseqüentemente, dos CRA.

(xv) Riscos relacionados à redução do valor da Cessão Fiduciária

A Cessão Fiduciária constituída em favor da Securitizadora pode sofrer reduções antes da Data de Vencimento dos CRA, de modo que seu valor se torne menor do que Índice de Cobertura estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária. Assim sendo, caso se dê o inadimplemento da obrigação de reforço ou recomposição da garantia, não há garantia de que o Devedor ou o Avalista terão recursos suficientes para honrar os pagamentos devidos nos termos dos Direitos Creditórios do Agronegócio, e, conseqüentemente, dos CRA.

Fatores de Risco (cont)

(xvi) Risco não cumprimento das Condições Precedentes para Integralização

A integralização dos CRA depende da verificação e implemento das Condições Precedentes para Integralização estabelecidas nas Notas Comerciais. Dessa forma, a não verificação total ou parcial das Condições Precedentes para Integralização dentro do prazo estabelecido poderá impedir a integralização e, portanto, o aperfeiçoamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio, com o cancelamento da emissão dos CRA, sendo certo que a Securitizadora não possui meios para garantir que o investidor dos CRA encontrará opções de investimento com a mesma rentabilidade e riscos que os CRA.

(xvii) Risco da atuação do Agente Fiduciário atuar em outra emissão do grupo econômico da Securitizadora

Na presente data, o Agente Fiduciário atua como Agente Fiduciário em outra emissão de valores mobiliários de empresa do mesmo grupo econômico do qual a Securitizadora faz parte. Na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado ou inadimplemento das obrigações assumidas pela Securitizadora, no âmbito da Emissão ou da empresa de seu grupo econômico em outra emissão, o Agente Fiduciário poderá se encontrar em situação de conflito quanto ao tratamento equitativo entre os Titulares de CRA e os titulares dos valores mobiliários da outra emissão.

(xviii) Risco de inadimplemento das Notas Comerciais que lastreiam os CRA

Os CRA são lastreados pelos Direitos Creditórios do Agronegócio, os quais são oriundos das Notas Comerciais emitidas pelo Devedor, cujo valor, por lei, deve ser suficiente para cobrir os montantes devidos aos Titulares de CRA, durante todo o prazo da Emissão e os recursos captados pelo Devedor por meio da emissão das Notas Comerciais serão utilizados pelo Devedor no curso ordinário de seus negócios, atividades estas ligadas ao agronegócio. Não existe garantia de que não ocorrerá futuro descasamento, interrupção ou inadimplemento de obrigações em seu fluxo de pagamento por parte do Devedor e do Avalista, caso em que os Titulares de CRA poderão ser negativamente afetados, inclusive em razão de atrasos ou não recebimento de recursos devidos pela Emissora em decorrência da dificuldade ou impossibilidade de receber tais recursos em função de inadimplemento por parte do Devedor e do Avalista.

Fatores de Risco (cont)

(xix) Risco relacionado à entrada em vigor de nova regulamentação de ofertas públicas

A Resolução CVM 160, que dispõe sobre a nova regulamentação aplicável para ofertas públicas de distribuição primária ou secundária de valores mobiliários e a negociação dos valores mobiliários ofertados nos mercados regulamentados entrou em vigor em 2 de janeiro de 2023. Portanto ainda não há precedentes sobre a referida norma, bem como são desconhecidos os efeitos que referido marco regulatório acarretará à estruturação das operações, na medida em que a regulamentação é nova e sua aplicação aos CRA ainda está sendo verificada pelos players do mercado.

(xx) Processo de diligência legal (due diligence) restrito ao Devedor

O Devedor foi objeto de auditoria legal restrita para fins desta Oferta, de modo que foram verificadas apenas contingências relevantes, certidões e verificação de poderes para a celebração dos instrumentos que configuram a Oferta e aprovações societárias. Eventuais contingências do Devedor podem afetar sua capacidade de pagamento das Notas Comerciais e, com efeito, o pagamento dos CRA.

(xxi) Ausência de processo de diligência legal (due diligence) da Emissora e de seu formulário de referência, bem como ausência de opinião legal sobre a diligência legal (due diligence) da Emissora e de seu formulário de referência

A Emissora e seu Formulário de Referência não foram objeto de due diligence para fins da Oferta, de modo que não há opinião legal sobre due diligence com relação às obrigações e/ou contingências da Emissora.

(xxii) Risco de Pagamento das Despesas pelo Devedor

Caso o Devedor não realize o pagamento das Despesas, conforme previsto neste Termo de Securitização, estas serão suportadas pelo Patrimônio Separado e, caso não seja suficiente, os Titulares de CRA poderão ser chamados para aportar recursos suficientes para honrar as Despesas.

Fatores de Risco (cont)

RISCOS RELACIONADOS À SECURITIZADORA

(i) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Securitizadora

Até que os CRA tenham sido integralmente pagos, a Securitizadora poderá estar sujeita a eventos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial. Dessa forma, apesar de terem sido constituídos o Regime Fiduciário e o Patrimônio Separado sobre os Direitos Creditórios do Agronegócio, eventuais contingências da Securitizadora, em especial as fiscais, previdenciárias e trabalhistas, poderão afetar tais Direitos Creditórios do Agronegócio, principalmente em razão da falta de jurisprudência significativa em nosso país sobre a plena eficácia da afetação de patrimônio.

(ii) Manutenção do registro de companhia securitizadora

A sua atuação como Securitizadora de CRA depende da manutenção de seu registro de companhia securitizadora na CVM e das respectivas autorizações societárias. Caso a Securitizadora não atenda aos requisitos da CVM em relação às companhias abertas, sua autorização poderá ser suspensa ou mesmo cancelada, afetando assim, as suas emissões de CRA.

(iii) Crescimento da Securitizadora e de seu capital

O capital atual da Securitizadora poderá não ser suficiente para suas futuras exigências operacionais e manutenção do crescimento esperado, de forma que a Securitizadora pode vir a precisar de fonte de financiamento externas. Não se pode assegurar que haverá disponibilidade de capital quando a Securitizadora necessitar, e, caso haja, as condições desta captação poderiam afetar o desempenho da Securitizadora.

(iv) Importância de uma equipe qualificada

A perda de membros da equipe operacional da Securitizadora e/ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado, pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Securitizadora. O ganho da Securitizadora provém basicamente da securitização de recebíveis, que necessita de uma equipe especializada, para originação, estruturação, distribuição e gestão, com vasto conhecimento técnico, operacional e mercadológico de nossos produtos. Assim, a eventual perda de componentes relevantes da equipe e a incapacidade de atrair novos talentos poderia afetar a nossa capacidade de geração de resultado.

Fatores de Risco (cont)

RISCOS RELACIONADOS AO DEVEDOR E O AVALISTA

(i) Os negócios do Devedor e do Avalista poderão ser adversa e substancialmente afetados se as operações em suas instalações de transporte, terminal, depósito e distribuição sofrerem interrupções significativas

Seus negócios também poderão ser adversamente afetados se as operações de seus clientes e fornecedores sofrerem interrupções significativas. As operações do Devedor e do Avalista dependem da operação ininterrupta das suas instalações e dos diversos modos de transporte, bem como da operação ininterrupta de determinadas instalações operadas por seus fornecedores e clientes. Tais operações podem ser parcial ou integralmente suspensas, temporária ou permanentemente, como resultado de circunstâncias adversas, tais como eventos catastróficos da natureza, reparos ambientais, dificuldades trabalhistas, greves, crises sanitárias, interrupções no fornecimento de produtos para as instalações ou meios de transporte, dentre outras. Qualquer interrupção significativa nas instalações do Devedor e do Avalista ou a impossibilidade de transportar seus produtos de e para essas instalações, pode afetar de modo significativo os resultados financeiros do Devedor e do Avalista, e, conseqüentemente, a sua capacidade de pagar os Direitos Creditórios do Agronegócio, afetando o fluxo de pagamento dos CRA.

(ii) Interrupção ou suspensão nos serviços de transporte e logística poderão afetar adversamente os resultados operacionais do Devedor e do Avalista

A cadeia de distribuição do Devedor e do Avalista tem forte dependência do transporte rodoviário, a qual pode ser negativamente afetada, ou mesmo paralisada, por movimentos populares bem como devido a condições climáticas adversas, como alagamentos, desabamentos de terra e desmoronamentos causados por chuvas, dentre outras. Dessa forma, caso certas estruturas viárias sejam obstruídas ou prejudicadas, o Devedor ou o Avalista poderão ter que utilizar-se de rotas alternativas, até o momento de sua desobstrução ou reconstrução, o que poderá afetar negativamente seus custos operacionais. Além disso, a capacidade do sistema portuário nacional está próxima da plena utilização. Como parte significativa da produção do Devedor e do Avalista depende do fornecimento de produtos vindos do mercado externo, o Devedor e o Avalista poderão ser diretamente impactada pela indisponibilidade do transporte quando necessário e/ou por um aumento significativo dos custos deste modal em função da demanda excessiva ou da oferta escassa. O atraso ou não desenvolvimento dos sistemas de infraestrutura brasileiros poderá prejudicar a demanda pelos produtos do Devedor e do Avalista, impedir a entrega de seus produtos ou impor ao Devedor e as Avalistas custos adicionais e afetar a sua capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio e, conseqüentemente, o fluxo de pagamento dos CRA.

Fatores de Risco (cont)

(iii) Risco de obtenção e renovação de autorizações e licenças

O Devedor e o Avalista são obrigados a obter licenças específicas para realizar as suas atividades, emitidas por autoridades governamentais, com relação a determinados aspectos das suas operações. A violação de tais licenças pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação de licenças de operação e/ou na proibição de exercício das atividades pelo Devedor e pelo Avalista, o que poderá impactar a capacidade de o Devedor e do Avalista de honrarem com os compromissos assumidos no âmbito da Emissão.

(iv) Risco de crédito de fornecedores, clientes e contrapartes do Devedor e do Avalista

O Devedor e o Avalista mantém relacionamento com diversos tipos de clientes, dentre eles, fornecedores e produtores rurais. Como parte de seu relacionamento, o Devedor e as Avalistas estabeleceram condições de crédito distintas de acordo com a capacidade avaliada de crédito de cada um destes clientes e fornecedores. Alterações no ambiente econômico podem afetar negativamente a capacidade de alguns destes clientes e fornecedores de honrar com suas obrigações. Caso isso aconteça com um número significativo de clientes e/ou fornecedores relevantes, os resultados do Devedor e do Avalista, incluindo fluxos de caixa, poderiam ser substancialmente afetados, possivelmente afetando o fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio e, conseqüentemente, dos CRA.

(v) Risco de crédito do Devedor e do Avalista e a inadimplência das Notas Comerciais pode afetar adversamente os CRA

A capacidade do Patrimônio Separado de suportar as obrigações decorrentes dos CRA depende do adimplemento, pelo Devedor e pelo Avalista, das Notas Comerciais. O Patrimônio Separado, constituído em favor dos Titulares de CRA, não conta com qualquer garantia ou coobrigação da Emissora e de terceiros. Assim, o recebimento integral e tempestivo pelos Titulares de CRA dos montantes devidos dependerá do adimplemento das Notas Comerciais, pelo Devedor e pelo Avalista, em tempo hábil para o pagamento dos valores devidos aos Titulares de CRA. Ademais, não há garantias de que os procedimentos de cobrança judicial ou extrajudicial de execução das Notas Comerciais serão bem-sucedidos. Portanto, uma vez que o pagamento da Remuneração e Amortização depende do pagamento integral e tempestivo, pelo Devedor e pelo Avalista, das Notas Comerciais, a ocorrência de eventos internos ou externos que afetem a situação econômico-financeira do Devedor e do Avalista e sua respectiva capacidade de pagamento pode afetar negativamente o fluxo de pagamentos dos CRA e a capacidade do Patrimônio Separado de suportar suas obrigações, conforme estabelecidas neste Termo de Securitização, o que poderá acarretar na perda total ou parcial, pelos Investidores, do capital investido nos CRA.

Fatores de Risco (cont)

(vi) Risco de concentração de Devedor e dos Direitos Creditórios do Agronegócio

Os CRA são concentrados em apenas 01 (um) Devedor, o qual origina os Direitos Creditórios do Agronegócio, representados pelas Notas Comerciais. A ausência de diversificação do Devedor e do Avalista dos Direitos Creditórios do Agronegócio pode trazer riscos para os investidores e provocar um efeito adverso aos Titulares de CRA, uma vez que qualquer alteração na condição do Devedor e do Avalista pode prejudicar o pagamento da integralidade dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

(vii) O descumprimento das leis e regulamentos ambientais e trabalhistas pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas

O Devedor e o Avalista estão sujeitos a leis trabalhistas, fitossanitárias e ambientais locais, estaduais e federais, conforme o caso, assim como a regulamentos, autorizações e licenças que abrangem, entre outras coisas, o regime de contratação de seus empregados, benefícios, a destinação dos resíduos e das descargas de poluentes na água e no solo, conforme o caso, e que afetam as suas atividades. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças (inclusive licenças de funcionamento que podem resultar na paralisação das atividades do Devedor e do Avalista) e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis trabalhistas e/ou ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais e/ou trabalhistas, conforme o caso, em vigor podem causar um aumento nos custos e despesas do Devedor e do Avalista.

(viii) Contingências trabalhistas e previdenciárias

O Devedor e as Avalisats estão sujeitos a contingências trabalhistas e previdenciárias oriundas de disputas com os seus respectivos empregados. Além disso, o Devedor e as Avalisats contrataram prestadores de serviços, que também estão sujeitos a contingências trabalhistas e previdenciárias oriundas de disputas com os seus respectivos empregados. Embora esses trabalhadores não possuam vínculo empregatício com o Devedor ou com as Avalisats, eles poderão tentar responsabilizar o Devedor ou as Avalisats por eventuais contingências de caráter trabalhista e previdenciário dos prestadores de serviços a que estão vinculados, caso tais prestadores de serviços deixem de cumprir com seus encargos sociais. Essa responsabilização poderá afetar adversamente o resultado do Devedor e do Avalista e, portanto, sua capacidade de adimplir os Direitos Creditórios do Agronegócio.

Fatores de Risco (cont)

(vi) Risco de concentração de Devedor e dos Direitos Creditórios do Agronegócio

Os CRA são concentrados em apenas 01 (um) Devedor, o qual origina os Direitos Creditórios do Agronegócio, representados pelas Notas Comerciais. A ausência de diversificação do Devedor e do Avalista dos Direitos Creditórios do Agronegócio pode trazer riscos para os investidores e provocar um efeito adverso aos Titulares de CRA, uma vez que qualquer alteração na condição do Devedor e do Avalista pode prejudicar o pagamento da integralidade dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

(vii) O descumprimento das leis e regulamentos ambientais e trabalhistas pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas

O Devedor e o Avalista estão sujeitos a leis trabalhistas, fitossanitárias e ambientais locais, estaduais e federais, conforme o caso, assim como a regulamentos, autorizações e licenças que abrangem, entre outras coisas, o regime de contratação de seus empregados, benefícios, a destinação dos resíduos e das descargas de poluentes na água e no solo, conforme o caso, e que afetam as suas atividades. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças (inclusive licenças de funcionamento que podem resultar na paralisação das atividades do Devedor e do Avalista) e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis trabalhistas e/ou ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais e/ou trabalhistas, conforme o caso, em vigor podem causar um aumento nos custos e despesas do Devedor e do Avalista.

(viii) Contingências trabalhistas e previdenciárias

O Devedor e as Avalisats estão sujeitos a contingências trabalhistas e previdenciárias oriundas de disputas com os seus respectivos empregados. Além disso, o Devedor e as Avalisats contrataram prestadores de serviços, que também estão sujeitos a contingências trabalhistas e previdenciárias oriundas de disputas com os seus respectivos empregados. Embora esses trabalhadores não possuam vínculo empregatício com o Devedor ou com as Avalisats, eles poderão tentar responsabilizar o Devedor ou as Avalisats por eventuais contingências de caráter trabalhista e previdenciário dos prestadores de serviços a que estão vinculados, caso tais prestadores de serviços deixem de cumprir com seus encargos sociais. Essa responsabilização poderá afetar adversamente o resultado do Devedor e do Avalista e, portanto, sua capacidade de adimplir os Direitos Creditórios do Agronegócio.

Fatores de Risco (cont)

(ix) Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos ao Devedor ou as Avalisats

O Devedor e as Avalisats são partes ou poderão ser parte de processos judiciais, relacionados a questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e criminal, bem como de processos administrativos, incluindo demandas judiciais e/ou administrativas relacionadas aos seus setores de atuação, em especial, mas não se limitando a, contingências judiciais de matéria fiscal em montantes substancialmente elevados, sendo que decisões contrárias aos seus interesses, bem como eventuais multas arbitradas pelo Poder Judiciário, por órgãos do Ministério Público e por quaisquer órgãos da Administração Pública, podem gerar atos de constrição sobre os ativos e/ou recursos do Devedor e do Avalista, o que pode dificultar o cumprimento, pelo Devedor e pelo Avalista, de suas obrigações de pagamento no âmbito das Notas Comerciais. Adicionalmente, decisões contrárias aos interesses do Devedor e do Avalista, bem como eventuais multas arbitradas pelo Poder Judiciário, por órgãos do Ministério Público e por quaisquer órgãos da Administração Pública, podem afetar seu negócio ou chegar a valores que não sejam suficientemente cobertos pelas suas provisões, o que impactará seu negócio, condição financeira e resultados operacionais podendo, inclusive, afetar negativamente a capacidade de pagamento dos CRA.

(x) Dependência de fornecedores estratégicos de matérias-primas

O Devedor e o Avalista dependem de alguns fornecedores estratégicos de matérias-primas. O Devedor e o Avalista não podem assegurar que conseguirá manter os atuais contratos com tais fornecedores, bem como seus respectivos termos e condições. Qualquer alteração nesses contratos poderá acarretar um aumento do preço e/ou a interrupção no seu fornecimento, com conseqüente interrupção de sua comercialização, de forma que o Devedor e o Avalista poderão ter sua receita negativamente afetada. Isso poderá afetar o pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio e, por conseqüência, dos CRA.

Fatores de Risco (cont)

(xi) Os negócios do Devedor e do Avalista poderão ser afetados por flutuações nos preços de matérias primas

O custo do Devedor e do Avalista com as suas principais matérias primas representa uma parcela significativa de seu custo de vendas. O Devedor e o Avalista adquirem tais matérias primas de diversos produtores e fornecedores independentes, em volumes necessários para suprir as suas necessidades operacionais. Os preços destes produtos são cíclicos e estão sujeitos à volatilidade do mercado (e.g., oferta e demanda global), bem como à cotação do dólar. Nesse sentido, os preços destas matérias primas podem ser impactados por diversos fatores que estão fora do controle do Devedor e do Avalista, incluindo condições climáticas, pragas, disponibilidade e adequação do fornecimento destas matérias prima às suas necessidades, utilização de cultivos para gerar energia alternativa, legislação, regulamentação e política governamentais e condições econômicas gerais. Caso ocorram aumentos significativos nos preços destas matérias primas e o Devedor e o Avalista não tenham sucesso em repassá-los aos seus clientes e consumidores, o Devedor ou as Avalisats poderão ter sua receita e lucratividade afetadas.

(xii) Os negócios do Devedor e do Avalista estão sujeitos a tendências sazonais baseadas no ciclo da safra dos produtos

Condições climáticas poderão reduzir a quantidade de produtos que os fornecedores do Devedor e do Avalista poderão produzir em uma determinada safra. Adicionalmente, os negócios do Devedor e do Avalista estão sujeitos à sazonalidade conforme o ciclo de crescimento dos referidos produtos na região Sudeste do Brasil. Tal fato cria variações nos estoques do Devedor e do Avalista e na sua capacidade de produção e, conseqüentemente, um grau de sazonalidade em seu resultado e no seu fluxo de caixa operacional. A sazonalidade e qualquer redução no volume de produção do Devedor e do Avalista poderão ter um efeito adverso relevante nos resultados operacionais do Devedor e do Avalista e na sua situação financeira, e conseqüentemente, poderá impactar a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Fatores de Risco (cont)

(xiii) O Devedor e o Avalista estão sujeitos a normas ambientais e fitossanitárias

O Devedor o Avalista estão sujeitos à regulamentação ambiental prevista na legislação e à fiscalização de diversas autoridades federais, estaduais e municipais no Brasil. O Devedor e o Avalista não podem garantir que a legislação e regulamentação aplicáveis às suas operações não se tornarão mais severas ou sujeitarão o Devedor e o Avalista a encargos mais onerosos no futuro, inclusive em decorrência de acordos internacionais. O Devedor e as Avalistas também não podem garantir que as autoridades ou agências reguladoras competentes não adotarão interpretações mais restritivas ou mais rigorosas sobre essa legislação e regulamentação. Nessas circunstâncias, os investimentos e despesas necessárias para o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis às operações do Devedor e do Avalista podem aumentar substancialmente, afetando negativamente as condições financeiras do Devedor e do Avalista. Caso o Devedor ou terceiros que venham a ser contratados pelo Devedor não observem a legislação e regulamentação ambiental aplicáveis às suas operações, ou ainda, caso ocorram eventuais acidentes que decorram, direta ou indiretamente de suas operações, o Devedor estará sujeito à imposição de sanções administrativas e penais, incluindo penas de detenção ou reclusão de pessoas físicas responsáveis, à obrigação pecuniária de reparar os danos ambientais causados, à suspensão parcial ou total das atividades, à perda ou restrição de incentivos fiscais e programas de parcelamento e ao cancelamento, à suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, à obrigação de realizar investimentos adicionais para a produção do Devedor e do Avalista ou destruição total ou parcial de determinado lote. Ainda, referidas penalidades são aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente. Na esfera civil, por exemplo, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada pode afetar a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, independentemente da comprovação de culpa. Como consequência, quando o Devedor contrata terceiros para proceder qualquer intervenção nas suas operações, como a disposição final de resíduos, o Devedor não está isento de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. O Devedor pode ser considerado responsável por todas e quaisquer consequências provenientes da exposição de pessoas a substâncias nocivas ou outros danos ambientais. Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, e as contingências provenientes de danos ambientais e terceiros afetados poderão ter um efeito adverso sobre os negócios do Devedor e do Avalista, seus resultados operacionais e sua situação financeira, o que poderá afetar a sua capacidade de pagar os Direitos Creditórios do Agronegócio e, por consequência, os CRA.



Fatores de Risco (cont)

(xiv) Risco no armazenamento dos produtos

O Devedor armazena os produtos que produz anteriormente à sua distribuição e venda. O armazenamento inadequado desses produtos pode ocasionar perdas de produtos e impacto no preço, inclusive em decorrência de (i) excesso de umidade; (ii) temperaturas inadequadas; (iii) contaminação; (iv) falha em sistemas operacionais e de controle dos armazéns; (v) perda de qualidade; e (vi) falhas no manuseio dos produtos. Ademais, considerando que o Devedor adquire matérias primas de terceiros, pode haver falhas no controle de qualidade e armazenagem por parte destes. A redução e impacto no preço dos produtos decorrentes do armazenamento inadequado poderá afetar negativamente a capacidade de pagamento do Devedor e do Avalista de suas obrigações previstas nos CRA.

(xv) Risco de liquidez do Devedor e do Avalista

Risco de liquidez é o risco de que o Devedor ou o Avalista possam ter dificuldades de cumprir suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios, o Devedor e o Avalista mantêm flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias, buscando a abertura de novas linhas, principalmente de recursos de bancos nacionais. O Devedor e o Avalista monitoram constantemente o seu nível de liquidez, considerando o fluxo de caixa esperado e equivalentes de caixa. Contudo, erros ou alterações relevantes na projeção do fluxo de caixa futuro do Devedor e do Avalista, bem como o fechamento inesperado de linhas de crédito bancárias existentes, poderão afetar a liquidez do Devedor e do Avalista, prejudicando sua capacidade de cumprir as suas obrigações decorrentes da emissão das Notas Comerciais. Não há como assegurar que o Devedor ou as Avalistas conseguirão ampliar, ou mesmo manter, as suas atuais linhas de crédito bancárias.

Fatores de Risco (cont)

(xvi) Políticas e regulamentações governamentais para o setor agrícola

Políticas e regulamentações governamentais exercem grande influência sobre a produção e a demanda agrícola e os fluxos comerciais. As políticas governamentais que afetam o setor agrícola, tais como políticas relacionadas a impostos, tarifas, encargos, subsídios, estoques regulares e restrições sobre a importação e exportação de produtos agrícolas e commodities, podem influenciar a lucratividade do setor, o plantio de determinadas safras em comparação a diferentes usos dos recursos agrícolas, a localização e o tamanho das safras, a negociação de commodities processadas ou não processadas, e o volume e tipos das importações e exportações. Futuras políticas governamentais no Brasil e no exterior podem causar efeito adverso sobre a oferta, demanda e preço dos produtos do Devedor e do Avalista, restringir sua capacidade de fechar negócios no mercado em que atuam e em mercados que pretendem atingir, podendo ter efeito adverso nos seus resultados operacionais e, conseqüentemente, podendo afetar a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio. Quaisquer alterações nas políticas e regulamentações governamentais em relação ao mercado em que atua o Devedor ou o Avalista poderão afetá-la adversamente. Não é possível garantir que não haverá, no futuro, a imposição de regulamentações de controle de preços ou limitação na venda dos produtos comercializados pelo Devedor ou pelo Avalista.

(xvii) O Devedor e o Avalista podem não ser bem-sucedido na execução de suas estratégias de negócios, podendo afetar negativamente os seus planos para aumentar as suas receitas e rentabilidades

O crescimento e desempenho financeiro do Devedor e do Avalista dependerão do seu sucesso na implementação de diversos elementos de sua estratégia que estão sujeitos a fatores que vão além do seu controle. O Devedor e o Avalista não podem assegurar que todas e quaisquer de suas estratégias serão executadas integralmente ou com sucesso. Alguns aspectos da estratégia do Devedor e do Avalista podem resultar no aumento dos custos operacionais e no total da dívida financeira, e esse aumento pode não ser compensado por um aumento correspondente na receita, resultando em uma diminuição das margens operacionais do Devedor e do Avalista e piora em indicadores de alavancagem. Além disso, o Devedor ou o Avalista podem não ser capaz de integrar com sucesso aquisições de outras sociedades e investimentos em novas unidades industriais que venham a ocorrer, ou implementar com sucesso sistemas operacionais, administrativos e financeiros adequados e controles para conseguir os benefícios que espera resultar destas aquisições e investimentos. O desvio da atenção da administração do Devedor e do Avalista e/ou quaisquer atrasos ou dificuldades relacionadas à integração dessas empresas ou ativos podem impactar negativamente e de forma relevante os negócios do Devedor e do Avalista. Assim, caso o Devedor ou o Avalista não sejam bem-sucedida na execução de sua estratégia de negócios, seus planos para aumentar a sua receita e rentabilidade poderão ser afetados negativamente. Os eventos indicados acima podem afetar negativamente o fluxo de pagamento das Notas Comerciais



Fatores de Risco (cont)

(xiv) Risco no armazenamento dos produtos

O Devedor armazena os produtos que produz anteriormente à sua distribuição e venda. O armazenamento inadequado desses produtos pode ocasionar perdas de produtos e impacto no preço, inclusive em decorrência de (i) excesso de umidade; (ii) temperaturas inadequadas; (iii) contaminação; (iv) falha em sistemas operacionais e de controle dos armazéns; (v) perda de qualidade; e (vi) falhas no manuseio dos produtos. Ademais, considerando que o Devedor adquire matérias primas de terceiros, pode haver falhas no controle de qualidade e armazenagem por parte destes. A redução e impacto no preço dos produtos decorrentes do armazenamento inadequado poderá afetar negativamente a capacidade de pagamento do Devedor e do Avalista de suas obrigações previstas nos CRA.

(xv) Risco de liquidez do Devedor e do Avalista

Risco de liquidez é o risco de que o Devedor ou o Avalista possam ter dificuldades de cumprir suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios, o Devedor e o Avalista mantêm flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias, buscando a abertura de novas linhas, principalmente de recursos de bancos nacionais. O Devedor e o Avalista monitoram constantemente o seu nível de liquidez, considerando o fluxo de caixa esperado e equivalentes de caixa. Contudo, erros ou alterações relevantes na projeção do fluxo de caixa futuro do Devedor e do Avalista, bem como o fechamento inesperado de linhas de crédito bancárias existentes, poderão afetar a liquidez do Devedor e do Avalista, prejudicando sua capacidade de cumprir as suas obrigações decorrentes da emissão das Notas Comerciais. Não há como assegurar que o Devedor ou as Avalistas conseguirão ampliar, ou mesmo manter, as suas atuais linhas de crédito bancárias.

Fatores de Risco (cont)

RISCOS TRIBUTÁRIOS

(i) Alterações na legislação tributária aplicável aos CRA, para investidores pessoas físicas

Os rendimentos gerados por aplicação em CRA por pessoas físicas estão atualmente isentos de imposto de renda, por força do artigo 3º, inciso IV, da Lei nº 11.033/04, isenção essa que pode sofrer alterações ao longo do tempo. Eventuais alterações na legislação tributária eliminando a isenção acima mencionada, criando ou elevando alíquotas do imposto de renda incidentes sobre os CRA, a criação de novos tributos ou, ainda, mudanças na interpretação ou aplicação da legislação tributária por parte dos tribunais ou autoridades governamentais poderão afetar negativamente o rendimento líquido dos CRA para seus titulares. A Securitizadora recomenda que os interessados na subscrição dos CRA consultem seus assessores tributários e financeiros antes de se decidir pelo investimento nos CRA.

(ii) Interpretação da legislação tributária aplicável, no âmbito do mercado secundário

Não há unidade de entendimento quanto à tributação aplicável sobre os ganhos decorrentes de alienação dos CRA no mercado secundário. Existem pelo menos duas interpretações correntes a respeito do imposto de renda incidente sobre a diferença positiva entre o valor de alienação e o valor de aplicação dos CRA, quais sejam: (i) a de que os ganhos decorrentes da alienação dos CRA estão sujeitos ao imposto de renda na fonte, tais como os rendimentos de renda fixa, em conformidade com as alíquotas regressivas previstas no artigo 1º da Lei nº 11.033/04; e (ii) a de que os ganhos decorrentes da alienação dos CRA são tributados como ganhos líquidos nos termos do artigo 52, parágrafo 2º da Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991, conforme alterada, com a redação dada pelo artigo 2º da Lei 8.850, de 28 de janeiro de 1994, conforme alterada, sujeitos, portanto, ao imposto de renda a ser recolhido pelo vendedor até o último Dia Útil do mês subsequente ao da apuração do ganho, à alíquota de 15% (quinze por cento) estabelecida pelo artigo 2º, inciso II da Lei nº 11.033/04. Vale ressaltar que não há jurisprudência consolidada sobre o assunto. Divergências no recolhimento do imposto de renda devido podem ser passíveis de sanção pela Receita Federal do Brasil.